



a Voz do Operário

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco

ANO 139 NÚMERO 3055 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA

JUNHO 2018 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA

Libério Domingues

Em entrevista, o coordenador da União de Sindicatos de Lisboa da CGTP-IN afirma que o governo continua aquém das expectativas geradas pela correlação de forças saída das últimas eleições legislativas. **págs. 16 e 17**



MARCHA INFANTIL

Lisboa em festa

Em todos os bairros, Lisboa palpita entre música, dança e manjericos. Lisboetas e visitantes mergulham nas festividades dedicadas à cidade e a Santo António. A Voz do Operário participa, uma vez mais, na tradição

popular através do seu arraial e da Marcha Infantil que abre as Marchas Populares no Pavilhão Altice Arena e na Avenida da Liberdade. Nesta edição, saiba tudo sobre a programação do Arraial d'A Voz. **págs. 3 a 5**



Viver em Lisboa, uma forma de resistência

Uma reportagem sobre moradores e coletividades em risco de despejo. Desde que a lei do arrendamento urbano foi aprovada pelo anterior governo, foram muitas as famílias e as associações que perderam as suas casas em Lisboa. Podiam ser crónicas de desespero mas são, sobretudo, histórias de resistência pelo direito à cidade. **pág. 8 a 11**



Agentes da PSP julgados por violência racial

Começou o julgamento de 15 agentes da autoridade acusados de espancar, ofender a integridade física e tratar de forma vexatória, humilhante e degradante seis jovens da Cova da Moura, na Amadora. O Ministério Público considera que agiram com ódio racial e que, de forma cruel, tiveram prazer em causar sofrimento às vítimas. **pág. 12**



Israel, 70 anos de barbárie

Em 14 de Maio, Israel comemorou 70 anos. Nesse dia, soldados israelitas mataram a tiro mais de 60 palestinos que participavam na Grande Marcha do Retorno, o maior massacre desde a agressão israelita de 2014 à Faixa de Gaza. A uma centena de quilómetros, Israel recebia de Trump a transferência para Jerusalém da embaixada dos Estados Unidos. **pág. 23**

Palestina, 70 anos de sofrimento, 70 anos de resistência

O povo palestino continua a ser alvo da mais brutal agressão e opressão por parte de Israel, prosseguindo a escalada de violência, espalhando o terror e a morte, destruindo infraestruturas indispensáveis para assegurar as necessidades básicas da população.

Assinalaram-se em Maio os 70 anos da Nakba (catástrofe) que em 1948, por ocasião da instalação do estado de Israel, se abateu sobre a Palestina, com a expulsão de 750 mil palestinos e a destruição de mais de 500 povoações, em consequência dos ataques perpetrados pelas milícias e brigadas sionistas do exército israelita numa ação que teve como objetivo a limpeza étnica e a expulsão de toda a população palestina das suas terras e dos lugares onde sempre viveu.

Milhões de refugiados palestinos constituem hoje a mais antiga e numerosa população de refugiados do mundo. Israel desenvolve desde a sua criação uma política visando o apagar da presença palestina em todos os domínios. Exemplo disso é a política de demolições e expulsões em Jerusalém Oriental e na Cisjordânia ocupadas, bem como a incessante política de construção ilegal de colonatos sionistas em território palestino, que o direito internacional não reconhece e condena.

Construiu um ignóbil muro de separação, impondo um cruel regime de segregação ao martirizado povo palestino. O criminoso bloqueio imposto à Faixa de Gaza mantém centenas de milhares de palestinos reféns na sua própria pátria, transformando-a numa imensa prisão, onde nada nem ninguém entra ou sai sem prévia autorização de Israel, e onde tudo falta, incluindo os bens e serviços essenciais à sobrevivência da população.

Israel sujeita os palestinos a humilhações quotidianas e a uma repressão brutal, traduzida em mais de 850 mil presos e muitos milhares de mortos, ao mesmo tempo que faz tábua rasa das resoluções da ONU, nomeadamente a resolução 242 que estipula a sua retirada dos territórios ocupados.

Para além dos territórios palestinos da Cisjordânia, de Jerusalém Oriental e da Faixa Gaza, Israel ocupou a Pe-

nínsula do Sinai egípcia e os Montes Golã sírios. Ao longo da sua história bombardeou o Iraque e o Irão e atualmente leva a cabo agressões repetidas e cada vez mais intensas contra a Síria. É a única potência nuclear do Médio Oriente, facto que procura ocultar com o silêncio complacente dos grandes meios de comunicação social.

Desde o dia 30 de Março último, Dia da Terra, que muitos milhares de palestinos se têm manifestado pacificamente na Grande Marcha do Retorno, a qual tem vindo a ser violentamente reprimida, num criminoso massacre cometido pelas forças armadas de Israel, matando neste período mais de uma centena de pessoas e ferindo cerca de 12 mil.

Só no dia 14 de Maio, dia em que Israel completou os 70 anos da sua criação, foram assassinados 60 jovens pelas forças israelitas, a que se juntam mais de 3.000 feridos.

A decisão unilateral e ilegal da administração Trump de reconhecer Jerusalém como capital de Israel e de transferir para aí a sua embaixada, constitui uma ofensa à memória das vítimas da Nakba e um motivo suplementar de indignação dos palestinos, pondo em evidência a cobertura desde sempre dada pelos EUA à política sionista de ilegal ocupação de territórios da Palestina.

A estratégia dos Estados Unidos no apoio a esta política israelita, enquadra-se num propósito mais amplo do imperialismo, de domínio do Médio Oriente e dos seus recursos naturais e energéticos, de que são exemplo as guerras de agressão ao Iraque, ao Líbano, à Líbia e à Síria.

O povo palestino não está sozinho, tem o apoio dos trabalhadores e do povo de todo o mundo que lhe manifestam a mais profunda solidariedade na sua resistência e luta contra a agressão, contra a destruição e o sofrimento e no seu empenho pelo fim da ocupação e desmantelamento dos colonatos e pela criação do Estado da Palestina, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém Oriental e no respeito do direito ao regresso dos refugiados palestinos.

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

EDITORIAL

“Um dia que não vem no calendário”

Este é o mês dos arraiais, das marchas populares e do manjerico. As meninas e os meninos d'A Voz do Operário vão descer novamente a Avenida da Liberdade pedindo um dia que não vem no calendário. Também as portas desta instituição se abrem à festa de par em par, uma vez mais. Para além da música, das sardinhas e da imperial, é mais uma oportunidade para que os visitantes conheçam o nosso projeto associativo e educativo. São 135 anos a trabalhar coletivamente por um sonho que se materializa lutando por um mundo melhor. Homenagear os bairros e as coletividades é o mote que a marcha infantil enverga este ano para dar voz às gentes que dão corpo à cidade. Lisboa está doente. Milhares de pessoas sofrem o drama dos despejos como mostra esta edição. Um problema grave que exige uma resposta política à altura que ponha os moradores na primeira linha das prioridades em detrimento do lucro fácil que dá primazia aos hotéis, ao alojamento local e ao arrendamento de luxo. Mas este não é um problema apenas de habitação. É também um drama para centenas de coletividades que lutam por sobreviver nos bairros onde sempre estiveram. Por cada associação que desaparece, é mais um espaço que fica vazio de participação coletiva que acabará nas mãos dos interesses económicos. Mais democracia significa mais compromisso social e mais compromisso social significa mais intervenção nos bairros, nas escolas e nos locais de trabalho. É dever de todos resgatar os valores da participação comum e da solidariedade. Junho é também mês de luta e protesto. Depois das comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, a manifestação convocada já para dia 9, em Lisboa, promete mostrar ao governo que tem de mudar de rumo. Aumentar os salários, pensões de reforma e os apoios sociais e revogar as normas gravosas da legislação laboral são algumas das reivindicações. Às alterações de força na Assembleia da República tem de corresponder a inflexão das políticas seguidas pelos diferentes governos. Se são os trabalhadores que produzem a riqueza do país, têm, pois, direito a uma vida digna.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES André Levy, Bruno Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Lina Seabra-Diniz, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 4.000 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



FESTAS DE LISBOA

Arraial beco de Lisboa



JUNHO das 19h30 às 2h

dia 9

16h Concertinas do Zêzere

21h Desfile das Marchas Infantis
A Voz do Operário, Penha de
França, São Vicente, Alfaminhas
e São Vicente (adultos)

dia 12

22h Conjunto Trio Nova Opção

dia 13

21h30 Música de Arraial

dia 15

21h30 Alex Monteiro

dia 16

21h30 Noite de Fado

dia 22

21h30 Música de Arraial

dia 23

21h30 Noite de Fado

dia 29

21h30 Música de Arraial

dia 30

Encerramento das festas

21h30 Noite de Fado

Uma vez mais, com as Festas de Lisboa, regressa também o tradicional Arraial d'A Voz do Operário que se realiza no beco lateral ao edifício da instituição. A entrada faz-se pelo portão n.º9 da Rua da Voz do Operário. Decorado a preceito por voluntários que dão vida e cor aos muros do arraial, a festa tem

espaço para 200 lugares sentados. Entre as iguarias disponíveis, contam-se as tradicionais sardinhas assadas, o caldo verde ou o chouriço assado. O vinho, a cerveja e a sangria prometem refrescar a garganta enquanto se assiste às surpresas que reserva o programa do arraial.

ARRAIAL D'A VOZ DO OPERÁRIO

Mundial de Futebol



O arraial d'A Voz vai transmitir num ecrã gigante todos os jogos do Campeonato Mundial de Futebol que se vai realizar de 14 de junho a 15 de julho na Rússia. Portugal, campeão europeu em título, vai defrontar a Espanha, o Irão, e Marrocos, no Grupo B, ditou o sorteio realizado no Palácio do Kremlin, em Moscovo. O primeiro

jogo de Portugal será diante da Espanha. Terá lugar a 15 de junho, às 18 horas (hora de Lisboa), em Sochi. Marrocos será o segundo adversário de Portugal. A partida será a 20 de junho, em Moscovo, às 12 horas. O encontro com o Irão, treinado por Carlos Queiroz, será a 25 de junho, em Saransk, às 18 horas (hora de Lisboa).

PUBLICIDADE



TINTURARIAJAGUAR.PT

TINTURARIA JAGUAR

LIMPEZA A SECO DESDE 1970. TRADIÇÃO, QUALIDADE E PRESTÍGIO.

MARCHA INFANTIL 2018

A Voz do Operário homenageia bairros e coletividades



Voluntários d'A Voz do Operário, na Graça, preparam os trajes de 2018.

Junho é mês de celebração. No 86.º aniversário das Marchas Populares, a Marcha Infantil A Voz do Operário vai homenagear os diferentes bairros e coletividades de Lisboa. São elas os obreiros do ponto mais alto das festas mas são, sobretudo, elas que dão vida à cidade durante todo o ano. Os marchantes, para além dos fatos próprios d'A Voz, vão levar os figurinos das 24 marchas da cidade. A proposta apresentada, há meses, por esta instituição foi bem recebida pela esmagadora maioria dos dirigentes e ensaiadores com muitas das coletividades a quererem pagar do seu bolso os fatos que os meninos da Marcha Infantil vão envergar. "Aqui se prova que há um grande respeito e carinho pela nossa marcha e pela Voz do Operário", afirmava a Sofia Cruz na edição anterior deste jornal. Segundo a ensaiadora da Marcha Infantil, o objetivo desta iniciativa é não só homenagear as associações que se empenham com sacrifício, ano após ano, na promoção deste evento anual mas também mostrar que, pese as diferenças, a união e o *fairplay* devem dominar as relações entre os bairros e as marchas.

São cerca de 75 crianças, que têm entre seis e 12 anos, e vêm de vários pontos de Lisboa. Quando estes meninos e meninas desfilarem no antigo Pavilhão Atlântico e na Avenida da Liberdade, será o corolário de um extenso trabalho a vários braços de uma instituição que se ergueu durante mais de um século através do esforço coletivo. Entre a azáfama dos ensaios diários, sob a batuta de Sofia Cruz, Vítor Agostinho e muitos voluntários, quase uma centena de meninas e

meninos levaram muito a sério a responsabilidade de dar cor ao já tradicional desfile da cidade.

Mas houve também quem se dedicasse à elaboração dos arcos e dos fatos que, este ano, têm a assinatura do estreante Hugo Barros. Dentro da sala em que se procede à costura dos fatos, a veterana Manuela Alegre explicou à *A Voz do Operário* que já se dedica à arte de coser desde a primeira marcha infantil e que o ambiente entre as costureiras é de "solidariedade". Ao seu lado, Helena Fernandes destacou que com este grupo se aprende "todos os dias". Forjam-se laços de amizade num trabalho que é de "amor às crianças e à instituição", explicou. Florbela Pina Pereira contou que é mãe de uma professora d'A Voz do Operário e que as suas netas já desfilaram. É uma "nova geração" que desponta para as marchas. Visivelmente satisfeitas, as costureiras falam num aumento de mães a ajudar voluntariamente na elaboração dos fatos.

Em ano de homenagem ao ator Vasco Santana, que dá mote ao tema da Grande Marcha de Lisboa, os marchantes d'A Voz do Operário já têm as canções na ponta da língua. O destaque vai para a letra de Sara Costa e música de Carlos Alberto Vidal, a estrear no antigo Pavilhão Atlântico e na Avenida da Liberdade. Para além desta, a Marcha Infantil vai recordar, uma vez mais, que queremos um dia "que não vem no calendário e ser felizes n'A Voz do Operário". Outra das canções, de 2013, vai dar voz à homenagem aos bairros da cidade, às suas coletividades e às diferentes marchas.

Queremos um dia que não vem no calendário
E ser felizes n'A Voz do Operário
Queremos um dia que não vem no calendário
E ser felizes n'A Voz do Operário

Marcha da Voz do Operário 2018 A nossa homenagem

Letra: Sara Costa
Música: Carlos Alberto Vidal

I
É uma marcha diferente
Os sonhos sempre em viagem
Marcámos o calendário
Hoje na Voz do Operário
É dia de Homenagem

E a tua marcha é a minha
E a nossa será a tua
Vou partilhar o que posso
O teu bairro, é meu, é nosso cantinho
É a festa à luz da Lua

II
Aprender para ensinar
É esta a nossa paixão
Com os bairros partilhar
A tradição de marchar
Este amor no coração

Somos a Voz do Operário
Pequeninos com coragem
De seguir o teu caminho
Mas levar-te ao meu
E fazer-te esta homenagem

REFRÃO (BIS)

O teu bairro é nosso
Mas o meu é vosso
O que é meu é teu
É meu é teu é nosso
Na Voz do Operário
Bailarico e festão
Na Voz do Operário

MARCHA INFANTIL 2018

Débora Monteiro e Rui Melo são os padrinhos



Rui Melo e Débora Monteiro.

Débora Monteiro e Rui Melo contracenam juntos em *Paixão*, uma das telenovelas do horário nobre da SIC. Ela é de Vila Nova de Gaia e ele de Évora. Entusiasmados com as Festas de Lisboa, aceitaram o convite d'A Voz do Operário para apadrinharem a Marcha Infantil.

Débora, vens do mundo da moda. Como é que chegas à representação?

DM Quando trabalhava como manequim fiz um casting de participação especial para uma novela da TVI, o diretor gostou de mim e fiquei a fazer parte do elenco. Arrendo-me até hoje porque não estava minimamente preparada. Não era atriz, não estava preparada. Mas ainda bem que surgiu a oportunidade porque agora estou aqui.

Rui, tu começaste pela música.

RM Comecei pela música, passei pelo teatro e só depois é que cheguei à televisão. A música deu-me uma noção daquilo que é o contato com o público, uma noção de espetáculo que ainda hoje uso. Eu era um músico de bares. Comecei por aí. O contato direto com as pessoas dá-nos ferramentas e dá-nos armas para saber lidar com o público. Isso facilitou o teatro, porque teatro é olho no olho, é contato com a plateia e eu já vinha com essa bagagem, foi um processo fácil. Depois, a transição do teatro para a televisão é praticamente natural, é representar.

DM Eu quase não sei cantar, a música não é a minha área mas senti mais ou menos o mesmo porque enquanto manequim já tinha à vontade com as câmaras. Tinha

esse à vontade, sou mais bicho do mato fora da câmara do que à frente da câmara.

RM Continuo a adorar tocar e cantar, gosto muito de fazer teatro, gosto de fazer televisão e depois cinema. São quatro registos diferentes dos quais gosto muito. Se os projetos forem interessantes, se os textos forem bem escritos e se a contracena for boa...felizmente tenho essa sorte.

A propósito do aumento da contestação em relação à falta de apoios às artes, sentem que é cada vez mais necessário valorizar o que se faz em Portugal?

RM Não se pode misturar as coisas. Uma coisa é cultura, outra é entretenimento. Acho que as novelas podem ter um papel cultural importante, muitas delas têm.

Mas não te sentes trabalhador da cultura?

RM Sinto, claro, mas não exclusivamente por fazer novelas. Há novelas que têm um papel cultural mas eu encaro mais como entretenimento. A questão da arte em geral, seja ela representada, escrita, cantada, bailada tem que ir muito para além deste momento. Tem uma função que não é apenas lúdica, é uma função de despertar a necessidade de reflexão sobre alguma coisa. Eu acho que o teatro, a dança, a música podem servir para despertar, para nos fazer refletir, sentir alguma coisa que o dia-a-dia comum não nos faz e nesse sentido é fundamental que o Estado perceba que um país sem cul-

tura é um país sem identidade, sem inteligência e sem capacidade de reflexão. Daí a importância dos apoios às entidades, sejam elas quais forem.

DM Faço minhas as palavras do Rui e concordo inteiramente com o que ele disse.

Já conheciam A Voz do Operário?

DM Eu não conhecia quase nada, foi o Rui que me elucidou sobre algumas coisas.

RM Conheço o trabalho d'A Voz do Operário, conheço muito bem, particularmente, a preocupação que há em desenvolver outros métodos de ensino. Sou pai, uma das minhas maiores preocupações tem sido perceber o estado do ensino em Portugal. O movimento de escola com que me identifico é o Movimento Escola Moderna. É o que acho mais apropriado. Depois de perceber isso preocupei-me em perceber que escolas é que usam esse método e descobri que a Voz do Operário faz e comecei a tentar perceber mais coisas. É muito válido o que fazem com a integração de alunos de diferentes estratos sociais, alunos que possam de ter algumas dificuldade cognitivas. É nisso que eu acredito.

Estão entusiasmados por serem os padrinhos da Marcha Infantil A Voz do Operário?

DM Acho que nos vamos divertir muito, ainda mais com os miúdos. Vai ser uma daquelas memórias para recorrer mais tarde. Eu já tinha sido madrinha, há três anos, da Madragoa e gostei muito. Soube que o Rui ia ser o padrinho da marcha d'A Voz e achei que era a junção perfeita.

RM Nós já fomos a um ensaio e eles são muito giros. Fico muito espantado como é que miúdos tão pequeninos conseguem aprender aquelas coreografias todas, aquela energia. Eles adoram. Agora temos mais uns ensaios para ver se nos integramos bem.

PUBLICIDADE



A VOZ DO OPERÁRIO

A Voz dos trabalhadores e das populações. Faça-se Sócio!

A Voz do Operário comemora 135 anos de existência sem nunca ter renunciado aos objetivos e ideais dos então operários da indústria tabaqueira em luta pela igualdade e a justiça social. Com milhares de

sócios, ocupa um lugar insubstituível na cidade de Lisboa e na Margem Sul. Ser associado d'A Voz do Operário permite aceder a uma série de serviços, mas mais do que isso permite ser parte integrante

de uma associação centenária com um percurso já feito mas com um devir ainda por construir. Um futuro que pode ajudar a materializar.

As vantagens de ser sócio d'A Voz do Operário:

JORNAL



Receba em casa a mais antiga publicação operária portuguesa. O jornal que deu origem à instituição e que nunca deixou de ser a voz dos trabalhadores com notícias sobre o país e o mundo com um olhar alternativo.

CULTURA E DESPORTO



A oferta está disponível não só para os alunos das escolas da Graça, Ajuda e Restelo mas também para as comunidades envolventes. Inclui ballet, capoeira, karaté, judo, guitarra, animação, música tradicional, teatro, dança, expressão plástica, yoga, esgrima lusitana, guitarra, inglês, costura, futebol e prática de jogos de tabuleiro.

A Voz do Operário pretende ainda reabrir a sua Biblioteca Social ao público tendo como base a preservação do seu espólio. O objetivo final é criar uma biblioteca dos movimentos sociais. Uma biblioteca para a história dos movimentos sociais permitirá reunir fontes e bibliografia em torno da história do movimento operário e de práticas associativas e em torno do mundo do trabalho. Também de fontes e bibliografia de movimentos e práticas de cooperação e mutualismo.

PROTOCOLOS



Os sócios d'A Voz do Operário têm ainda descontos na Farmácia e na Agência Funerária.

ENSINO



A Voz do Operário oferece serviços desde o berçário, creche e pré-escolar (nas escolas da Graça, Baixa da Banheira, Restelo, Ajuda, Laranjeiro e Lavradio) até ao 1.º e 2.º ciclo (nas escolas da Graça e da Ajuda).

SERVIÇO DE PSICOLOGIA



Foi criado com o objetivo de permitir o acesso a consultas, avaliações e tratamentos em psicologia a pessoas com todo vários tipos de capacidade económica. É um serviço próximo da população, com horários flexíveis e preços adaptados aos rendimentos de cada um.

APOIO DOMICILIÁRIO



A Voz do Operário dispõe de um Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), apoiado pelo Instituto de Segurança Social, que procura auxiliar as pessoas em situação de dependência na satisfação das suas necessidades básicas. Com já alguns anos de experiência, o SAD d'A Voz do Operário presta um conjunto de serviços – Alimentação, Higiene Pessoal, Higiene Habitacional, Tratamento de Roupas, entre outros – no domicílio habitual de vida dos utentes, promovendo a continuidade da sua autonomia e prevenindo o agravamento das suas situações de dependência.

GABINETE MÉDICO



A Voz do Operário dispõe de um posto médico que se destina preferencialmente aos sócios da Instituição, mas que também pode ser usufruído pelos residentes da zona da Graça. O atendimento está disponível todos os dias úteis das 9,30 às 13 horas, sendo o preço da consulta de 8 euros.

REFEITÓRIO SOCIAL



Insere-se na Rede Solidária de Cantinas Sociais - Programa de Emergência Alimentar. O apoio do Instituto da Segurança Social abrange, nesta medida, 100 utentes, sendo que a própria instituição assegura um número superior de refeições, ocasionado pela elevada procura de apoio alimentar.

CENTRO DE CONVÍVIO



O Centro de Convívio d'A Voz do Operário, apoiado pelo Instituto da Segurança Social, funciona nos dias úteis entre as 14h e as 18h, contribuindo para o envelhecimento ativo dos seus sócios maiores de 55 anos. Esta resposta desenvolve junto dos seus utentes um leque alargado de actividades de acordo com os interesses e preferências dos que nelas participam.

A VOZ DO OPERÁRIO

Celebrar o associativismo

Cerca de duzentas pessoas, entre alunos, utentes, pais e professores, juntaram-se no Dia do Associativismo que decorreu no Salão d'A Voz do Operário com o objetivo de dar a conhecer as atividades associativas que se realizam na instituição e promover o convívio dos praticantes das diversas atividades e modalidades donde se destacam demonstrações de karaté, judo, inglês, yoga e ballet. Os utentes do Centro de Convívio, muitos deles originários do interior do país, por sua vez, fizeram uma recriação dos momentos de pausa durante os trabalhos no campo.



Demonstrações no Salão d'A Voz.

ESCOLAS

Apresentação de Projetos de Estudo no 1.º ciclo

Todas as sextas-feiras das 11h às 12h30 as salas de aula ficaram diferentes! Os alunos de todas as turmas do 1.º ciclo não voltavam do recreio para a sua sala, mas sim para o seu grupo de projeto.

Com o objetivo de promover a interação entre os alunos dos diversos anos de escolaridade (do 1.º ao 4.º ano), os professores do 1.º ciclo propuseram aos alunos que escrevessem numa grande folha de papel exposta no corredor, as perguntas ou temas que gostavam de estudar, descobrir, saber mais. Aquilo que já fazem dentro de cada sala era agora proposto que o

fizessem no grande corredor do 2.º andar.

Logo na escrita das perguntas, neste espaço coletivo, houve uma imensa colaboração entre as crianças dos diversos anos e turmas, na tarefa da escrita e na formulação das questões.

As perguntas foram organizadas e agrupadas por temas, nos quais os alunos se inscreveram com o objetivo de formar os grupos de trabalho. De realçar a importância da composição dos grupos constituídos por alunos das diversas turmas e anos, de modo a promover a partilha e construção de aprendizagens entre pares, dando-lhes

a oportunidade de trabalhar cooperativamente com colegas de diferentes idades.

Cada professor inscreveu-se também nos temas que mais gostou, que mais interesse tinha ou simplesmente no tema em que achou que podia ser uma mais-valia. Nesta distribuição chamamos-lhes Tutores de Projetos e assim, cada um de nós, ficou com três grupos de trabalho de projeto.

Cada grupo de projeto, durante 8 sessões planificou, pesquisou, compilou e escolheu um modo de comunicação.

Dia 27 de Abril, das 9h30 às 12h30 realizou-se a comunicação de 31 projetos,

em 8 salas, proporcionando aos alunos a possibilidade de escolherem as comunicações a que gostavam de assistir, e também à hora marcada apresentarem o seu. A participação dos alunos foi visivelmente significativa do seu interesse. Foi uma espécie de mini-congresso de projetos levado com seriedade e alegria!

Dia 10 de Maio, das 18h00 às 20h00, foi a vez de levarmos este mini-congresso de projetos às famílias. Mais uma vez a alegria, entusiasmo e seriedade foi a mesma. Cerca de 140 crianças e 280 adultos de sala em sala a aprenderem em conjunto.

PUBLICIDADE

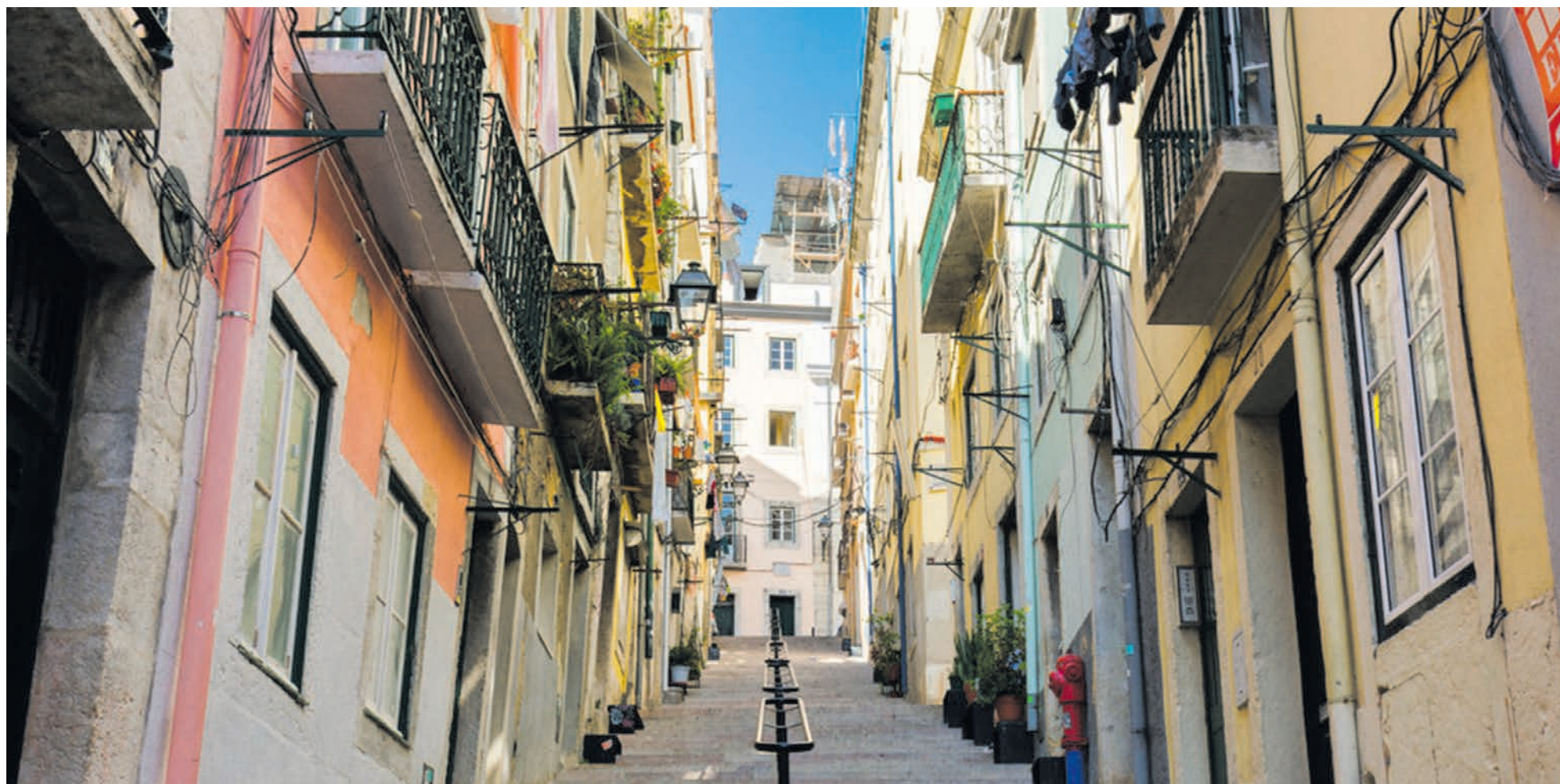


GERALDO TOMAZ, LDA.

ESTÂNCIA DE MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Tel.: 218 144 536 | Fax 218 145 993 | gtomazlda@gmail.com

HABITAÇÃO



Bairro típico de Lisboa.

Viver em Lisboa, uma forma de resistência

Podiam ser crónicas de desespero mas são, sobretudo, histórias de resistência. De pessoas de carne e osso que têm raízes numa cidade em que semearam o suor dos melhores anos das suas vidas e que dessa forma alimentaram uma história que sem elas não pode ser contada. Dizem-se vítimas da voragem especulativa e de uma lei que defende a ganância de senhorios sem escrúpulos. Para eles, viver a cidade é resistir.

Bruno Amaral de Carvalho

“Só quero um quartinho para dormir”

Angelina Martins faz parte do enxame de mulheres e homens que migraram do interior para Lisboa em meados do século XX sem mais nada a oferecer que não a sua força de trabalho em troca de melhores condições de vida. Hoje, com 86 anos, já mais lisboeta que alentejana, olha para trás e não consegue ver um período tão difícil como o que vive. Se é certo que superou dificuldades enquanto jovem, não esperava chegar a esta idade numa situação de total desespero. Longe dos tempos em que servia nas casas como cozinheira, diz-se na miséria. À *A Voz do Operário*, explica que apenas dois anos depois de ter sido despejada da casa em que viveu durante três décadas, e que agora serve

de alojamento local, o senhorio da nova residência foi implacável: “Eu até lhe podia aumentar apenas 100 euros de renda mas quero alugar a casa pelo dobro. Quero que se vá embora no verão para fazer umas obras e depois meto cá outra pessoa”. A idosa descreve a conversa com o proprietário e a sua reação. “Fiquei sem palavras”, conta Angelina. Vive há 15 anos com uma amiga que tem ainda menos recursos económicos e tentam sobreviver como podem ajudando-se mutuamente. O filho, com 53 anos, está desempregado e não a consegue ajudar. “Tenho uma reforma de 400 euros e na casa anterior pagava 270 euros de renda. Um dia, há dois anos, o proprietário disse que me ia despejar. Agarrou em mim e fomos ver a casa onde hoje vivo acompanhados do atual senhorio. Passei a pagar 550 euros na Rua Cidade de Manchester. Agora quer alugar pelo dobro”, denuncia. A voz é de quem já perdeu a esperança.

“Sinto que ninguém quer saber de mim e não tenho mais nada. Já me disseram que não se arranja nada a preços acessíveis. Só quero um quartinho para dormir que possa pagar”.

Despejar a memória de três gerações

Da Cidade Manchester para a Rua Cidade de Cardiff, onde José António Marin vive desde que nasceu, são apenas uns metros. A história da família nesta casa tem a marca de três gerações e começa com um avô que andou envolvido na luta pela implantação da República. Foi também ali que os pais de José o viram dar os primeiros passos e agora, com 54 anos, o lisboeta enfrenta uma ordem judicial de despejo depois de o prédio onde vive ter sido vendido a uma construtora. “Os senhorios sempre nos tentaram pôr dali para fora, mesmo antes do 25 de abril.

Investimos algum dinheiro na casa e fizemos algumas obras no interior porque chovia muito lá dentro. O prédio agora está ao abandono, chove nas escadas e até rebentaram com a fechadura da porta exterior”, denuncia. Diz que se enganou nos procedimentos para recorrer no tribunal. Como tinha ido ao balcão da Segurança Social no Areeiro que só está a aceitar atendimentos com marcação, não sabia que “devia apresentar uma queixa no livro amarelo” para provar que havia comparecido ali antes do prazo limite. Agora, diz-se desapoiado pela autarquia e não tem qualquer alternativa. Acrescenta ainda que o agente de execução “foi lá três vezes” e só porque não estava “deu como provado” que não mora ali.

Proprietária à força

Mas não são apenas os inquilinos que se revoltam com a degradação vertiginosa

do direito à habitação na cidade. Joana Carvalho começou por alugar uma casa quando veio estudar medicina para Lisboa. Com 34 anos, é médica no Hospital de São José e confessa que nunca teve o desejo de comprar casa. “Quando comecei a trabalhar mudei-me para os Anjos. O meu objetivo sempre foi viver numa cidade grande mas nunca quis comprar casa. Pedir um empréstimo bancário não

Em cerca de uma década fecharam mais de cem coletividades. A maioria por causa do aumento das rendas e de outras taxas e despesas.

fazia muito sentido e sempre aluguei apesar de as rendas nunca terem sido muito baixas. Não é só agora que estão elevadas”, descreve. Foi há um ano que tudo mudou. Com os preços a subirem avassaladoramente, Joana teve de optar: “Eu não queria ver-me forçada a ir para os arredores de Lisboa e só decidi comprar casa porque comecei a ver que as coisas estavam a tomar proporções inimagináveis. Já comprei uma casa hipervalorizada mas hoje seria impossível”. Acrescenta que não tem carta de condução, que vai a pé para o trabalho e que é um estilo de vida que não quer ver alterado. De inquilina para proprietária, passou a sentir-se pressionada para vender o imóvel. “Fizemos obras lá em casa e aconteceu uma ou duas vezes sermos abordados por agentes imobiliários e por outras formas subtis através de panfletos na caixa de correio. É algo que me choca bastante”, confessa, para concluir que, provavelmente, venderia pelo dobro. “Mas o dinheiro não vale tudo”.

“Não tenho alternativa”

É perto do Hospital de São José, onde trabalha Joana, que Anízio Gonçalves, de 69 anos, vive desde que o primeiro mês de vida. É mais uma história de família que pode estar prestes a desligar-se da casa onde se cimentaram tantas memórias. Saiu da casa onde foi criado por dois tios quando se casou e desceu dois andares. Foi no rés-do-chão do mesmo prédio que cresceram os dois filhos e é no rés-do-chão que agora toma conta da neta. O andar não tinha casa-de-banho e foi o próprio que investiu nessa e noutras obras. O proprietário não investiu um cêntimo em quase meio século. Até que Assunção Cristas, ministra do governo liderado por Passos Coelho, apresentou a atual lei do arrendamento, aprovada na Assembleia da República pelo PSD e CDS-PP. “A poucas semanas de fazer 65 anos, recebi uma carta do proprietário que in-

vocava a alteração legal”, conta à A Voz do Operário. O senhorio tentava assim evitar que Anízio ficasse abrangido pela moratória que impedia os inquilinos acima daquela idade de serem despejados nos cinco anos seguintes. Não conseguiu mas voltou à carga este ano. “Não tenho alternativa e o mercado está impossível. Em Lisboa não se arranja e sinto-me muito ligado a esta zona. Tenho tudo à mão, conheço toda a gente. Tudo isto mexe comigo”, confessa.

“É um crime”

Visitar o Mirantense Futebol Clube é entrar numa coletividade com 83 anos de história que nasceu com fundadores da Rua do Mirante. Está desde 1941 na Rua Vale de Santo António e já teve todo o tipo de atividades: atletismo, ciclismo, futebol e ténis de mesa. Hoje, tem atletismo, pesca desportiva e jogos de mesa. É no salão da coletividade que Lina Cortes recebe *A Voz do Operário*. “Esta é a casa dos nossos sócios. Se o Mirantense sair daqui, perde a identidade”, explica. A presidente da direção sabe que o prédio foi vendido a uma imobiliária e diz que vão lutar com todas as forças para que a coletividade continue ali ou, pelo menos, no bairro. Ao seu lado, Joaquim Baptista diz que seria muito mau para todos. O te-



Jogo de cartas no Mirantense Futebol Clube.

soureiro do clube é sócio desde os 16 anos e tem agora 75. “É um crime não deixar esta malta mais velha ter o seu espaço”, diz enquanto descreve a importância da coletividade para a freguesia. Sobretudo para os mais velhos. “Organizamos sessões de fado, almoçadas e um baila-rico mensal”, descreve. Para Joaquim, o Mirantense cumpre uma função social e Lina concorda: “Vêm para aqui como se fosse a casa deles. Não é a mesma coisa que um centro de dia. É a coletividade deles. Aqui não se isolam e convivem”. Até ao momento, esperam por uma resposta à reunião pedida com caráter de urgência à presidente da Junta de Freguesia. Há mais de um mês e meio que não compreendem o silêncio da autarca. A pre-

sidente do clube sabe que se a Câmara Municipal não arranjar uma solução no bairro será a morte do Mirantense. Como a morte do Bela Vista, dos Sempre Unidos, dos Bem Intencionados e do Grupo de Recreio e Excursionista do Monte. Uma lista de coletividades que cimentam a memória histórica do bairro e que em apenas seis anos sucumbiram à voragem especulativa do mercado imobiliário. No fundo do salão, meia dúzia de sócios aceitam interromper o jogo de sueca para falar com *A Voz do Operário*. Durante a pausa forçada, falam do que significaria o fim do Mirantense Futebol Clube. “Desaparecendo, desaparecemos também nós porque isto faz parte da nossa vida. É o nosso entretenimento, é a nossa casa”, “É onde passamos as tardes e as noites”, “Sendo eu sócio há 61 anos, veja o que me custa”, “A convivência é muito importância no ser humano e este é o local exato para o fazermos” e regressam às cartas.

Maquilhagem urbana

Antes de António Costa ter transferido o seu gabinete para o Largo do Intendente com o objetivo de renovar o rosto de uma das zonas mais degradadas da cidade, já o Largo Residências se havia instalado. O projeto nasceu, em 2011, fruto da

de, afirma. Desde então, os herdeiros da Viúva Lamego, proprietários da maioria dos edifícios da zona, tratam de vender o seu património e há mais de um ano que ameaçam despejar o Largo Residências. “Já vi fechar muita coisa. Havia a lavandaria da Rosa que fazia assistência social. Felizmente, há fenómenos de resistência mas as pessoas estão presas por pontas”, denuncia.

Casas regionais em perigo

Em resistência desde 2015 está a Casa da Comarca da Sertã que recebeu, então, uma notificação do proprietário que queria atualizar os valores da renda de cem para mil euros. A associação até sugeriu pagar 500 euros mas a proposta não foi aceite. Desde 1956 na Rua da Madalena, a casa regional que tem atualmente cerca de 400 sócios tinha feito um acordo com o senhorio para manter a renda baixa em troca de uma importante soma de dinheiro que foi paga na época através de uma subscrição entre os associados. Quem o conta é Pedro Amaro, presidente da direção, acrescentando que a primeira instância deu razão ao senhorio mas que a relação lhes devolveu a razão e que agora esperam uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça. “A ação em tribunal veio desestabilizar a nossa atividade pela eventual iminência do despejo e desgastou a nossa vontade”, assume. Explica que estão enraizados na zona e têm “um bom relacionamento com a população”.

Coletividades exigem mudança legal

Pedro Franco é presidente da Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa e denuncia que em cerca de uma década fecharam mais de cem coletividades. A maioria por causa do aumento das rendas e de outras taxas e despesas. Muitas estão em risco de despejo e dá o exemplo de uma das mais antigas que pagava 140 euros e que passou a pagar 2500. “As coletividades são pólos sociais e muitas delas autênticos centros de dia sendo uma mais valia para a economia social. Isto envolve milhares de pessoas”, explica. Defende que o desaparecimento de associações enfraquece a democracia e a cidadania. Sobre soluções, é peremptório. As alternativas apresentadas pela autarquia não podem ser fora dos bairros de origem. “Não se pode fechar uma coletividade com cem anos em Alcântara quando os seus associados são dali e pô-la no Alto do Lumiar. Isso é matar o associativismo”, sustenta. Descreve que o estado de ânimo dos dirigentes associativos não é o melhor e que se sentem desamparados. “Tem de se travar os despejos e mudar a lei. Há edifícios podres nos quais os senhorios nunca pregaram um prego. Foram as coletividades que os recuperaram e salvaram da ruína”, acrescenta.

DESPEJOS



Protesto contra despejos na Mouraria.

A raiz dos problemas: Lei Cristas

A alteração ao regime de arrendamento urbano foi uma das imposições da troika através do acordo assinado com PS, PSD e CDS-PP. Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e União Europeia exigiam ampliar as condições ao abrigo das quais podia ser efetuada a renegociação de arrendamentos habitacionais sem prazo, incluindo a limitação da possibilidade de transmissão do contrato para familiares em primeiro grau, reduzir o pré-aviso de rescisão de arrendamento para os senhorios e prever um procedimento de despejo extrajudicial por violação de contrato, com o objetivo de encurtar o prazo de despejo para três meses. A nova legislação foi apresentada no fim de 2011 e entrou em vigor um ano depois. O governo liderado por Pedro Passos Coelho e Paulo Portas tinha como objetivo lançar o Novo Regime de Arrendamento Urbano para descongelar os contratos anteriores a 1990, tornando-os renegociáveis e facilitar os despejos. A nova lei foi assinada pela então ministra do CDS-PP Assunção Cristas que criou também o Balcão Nacional de Arrendamento (BNA) para intermediar a relação entre inquilinos e senhorios,

desta vez com uma arquitetura legal mais desfavorável aos primeiros.

Desde que a Lei Cristas, como ficou conhecida, entrou em vigor, foram emi-

sado, foram requeridas 20.806 ordens de despejo. Os números indicados pelo BNA apontam para 5,5 famílias que são obrigadas por dia a abandonar as suas casas.



Assunção Cristas, ex-ministra e atual líder do CDS-PP.

tidos 8.315 títulos de desocupação pelo BNA numa média de 138 novos despejos por mês. Para além destes dados, entre janeiro de 2013 e dezembro do ano pas-

Os pedidos de despejo aumentaram 45%. Contudo, o próprio presidente da Associação Nacional de Proprietários admitia ao jornal *Eco* que estes dados possam re-

presentar apenas um terço do total dos títulos de desocupação emitidos, já que há processos que decorrem diretamente nos tribunais.

Partidos e governo debatem soluções

Quando António Costa assumiu a liderança de um governo do Partido Socialista, através de um entendimento com os partidos à sua esquerda na Assembleia da República, ficou claro que a nova realidade política ia gerar um novo equilíbrio de forças. O BE defendeu alterações profundas à Lei Cristas e o PCP a sua revogação e a criação de um novo pacote legal. Apesar das pressões para alterar estruturalmente a legislação sobre o arrendamento urbano, só agora é que o PS aceitou ir além de mudanças cirúrgicas. A grave situação social gerada pela maré de despejos obrigou o governo minoritário a debater mudanças mais profundas.

A 23 de maio, foi aprovado o projeto de lei do Partido Socialista (PS) que suspende os processos de despejo de pessoas idosas ou com deficiência, incluindo os que já estão em curso, até que sejam aprovadas

OPINIÃO

Polis e Padarias

Uma cidade sem padarias e com cada vez menos livros, enquanto um comércio feito de lojas-em-série floresce em seu lugar como simulacro de história e tradições.

Ana Jara

Lojas com História

as alterações à lei do arrendamento, que estão a ser discutidas no Parlamento. A proposta, aprovada no grupo de trabalho da Habitação, Reabilitação Urbana e Políticas de Cidades, vem criar um “regime extraordinário e transitório de proteção de pessoas idosas ou com deficiência que sejam arrendatários e residam no mesmo local há mais de 15 anos”. Abrangidos por esta lei ficam todos os contratos de arrendamento para habitação cujo inquilino resida há mais de 15 anos na casa à data de entrada em vigor da lei, tenha 65 ou mais anos ou deficiência superior a 60%. Nestes casos, os senhorios ficam impedidos de denunciar os contratos até que entre em vigor a revisão do regime do arrendamento urbano, que estará a ser discutida no Parlamento, pelo menos, até junho.

A lei abrange mesmo os processos de despejo já em curso: “Fica sem efeito as denúncias pelo senhorio, ou a oposição pelo senhorio à renovação, quando a produção de efeitos dessas comunicações deva ocorrer durante a vigência da presente lei, relativamente aos contratos de arrendamento por esta abrangidas”, pode ler-se no projeto.

Entre 2013 e dezembro do ano passado, foram requeridas 20.806 ordens de despejo. Por dia, 5,5 famílias são obrigadas a abandonar as suas casas.

De parte ficam duas propostas, uma do PCP e outra do BE, que pretendiam pôr fim a todos os despejos, independentemente da situação do inquilino. O PCP pretendia ainda que a lei abrangesse todos os contratos de arrendamento habitacional e não habitacional. O PS impediu que as propostas fossem aprovadas. De todas as formas, as propostas dos diferentes partidos e do governo ainda vão ser discutidas até meados de junho na especialidade. Os diplomas baixaram à Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, por requerimento de todos os partidos que tinham apresentado propostas. A discussão vai decorrer durante 45 dias, ou seja, até meados de junho. Nesse debate, estão em cima da mesa dezenas de propostas que visam alterar o mercado de arrendamento. O PCP propõe a revogação do atual regime jurídico do arrendamento urbano, tal como Os Verdes. Já o BE prefere mantê-lo e apresentou quatro propostas, incluindo a definição de limites aos aumentos das rendas e a extinção do Balcão Nacional de Arrendamento, bem como a atribuição de benefícios fiscais, mas com limites às rendas praticadas.

No meio do furacão da transformação da cidade a autarquia faz um esforço para preservar a memória e a permanência de algum comércio que corre o risco de desaparecer na cidade. ‘Lojas com História’ é a designação dada às lojas que a partir de um trabalho de especialistas foram reconhecidas e agrupadas num site e, que compõem aquilo que de melhor povoa o nosso imaginário lisboeta das compras. A sua missão é ‘preservar e salvaguardar os estabelecimentos e o seu património material, social e cultural’, mas o que se faz em concreto para continuar manter as lojas com história? O assalto a esta realidade continua e não se compadece de as ir esvaziando de uso e significado. O recente caso da livraria Aillaud & Lellos na Rua do Carmo, que desapareceu em dezembro último por não poder pagar a exorbitante renda pedida pelo senhorio é exemplar. O grupo de trabalho das ‘Lojas com História’ tentou, mas sem solução que permitisse manter a livraria, ameaçou retirar a qualificação atribuída se, o actual dono alterar o interior e também a fachada trabalhada em mármore por António José Ávila, colaborador de Cassiano Branco. Mas o que fica vivo de uma loja com história apenas um interior qualificado? O que é feito dos seus hábitos, da sua memória, onde ficam os livros que eram o seu propósito? A lógica mercantil de que tudo muda, porque não tem viabilidade dentro do novo enquadramento, entra aqui como verdade dominante, cada vez mais compreensível. É o sintoma de uma cidade economicamente desenhada para a florescência da mais valia máxima. A efervescência natural e eclética de uma polis cheia de sentidos, fica cada vez mais comprometida pelas lojas em cadeia, menos comprometida na singularidade espontânea dos negócios locais.

A profusão de uma cadeia de padarias de bairro é um sintoma. Não são padarias no verdadeiro sentido. Retiram ao nome a ligação produtiva e alimentar ao pão e à memória colectiva as vivências de bairro. Reproduzidas com o mesmo décor, rivalizam com as pastelarias locais onde a bica era servida com um ‘bom dia’ de quem conhece e estima a clientela. Esconde muito deste comércio práticas laborais exploratórias, temporárias e sem direi-



Livraria histórica.

tos. Nas lojas-em-série economicamente viáveis há equivalência entre a cadeia de modos de produzir e a cidade que a partir delas se constrói mais alheada e menos tecida de relações humanas. Enquanto a economia cresce e a cidade se torna um destino turístico, será esta prosperidade uma ameaça de decadência?

Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local

Nos últimos anos fecharam muitos dos espaços emblemáticos da cidade. A Casa dos Amigos do Minho, no Intendente, fez sessenta e sete anos em Dezembro de 2017 e fechou as portas em mês de aniversário, celebrado com a presença do Presidente da República. Esta associação recreativa foi despejada do edifício onde sempre funcionou, comprado inicialmente por um investidor estrangeiro e logo vendido a outra empresa num processo especulativo sem programa e sem qualquer mais valia para a cidade. Porque continuam impiedosas desapareções no tecido associativo da cidade, os poderes públicos parecem olhar com mais cautela para esta realidade. No afã de salvar o que persistiu muitas décadas e, que este tempo, muito rapidamente pode fazer eclipsar, distinguem-se as primeiras ‘Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local’: a Sociedade de Geografia, o Grémio Literário, o Círculo Eça de Queiroz, o Ateneu Comercial de Lisboa e a Academia dos Amadores de Música à qual se junta posteriormente a Voz do Operário. O que esta designação traz, esperamos, é uma forma de reco-

nhecimento que possa ajudar a as colectividades a permanecer nos seus lugares em tempo de águas turbulentas para uma a vida colectiva da cidade.

Continuar a cidade na vertigem da transformação

A cidade é um processo lento, todas as tentativas pragmáticas de a fazer são vãs, porque a vida urbana é uma construção densa, complexa e frágil. Se não preservarmos aquilo que está, o que virá perderá esse enraizamento de coexistir numa cidade fundada em vários momentos. A reabilitação urbana reclamada durante décadas, acontece agora no bulício nervoso de uma cidade em construção. Nos edifícios que se renovam dificilmente voltam a morar as mesmas pessoas e dificilmente retornam os seus lojistas ou colectividades. A quem se destina esta cidade? Enquanto o processo da especulação imobiliária parece imperar como ideologia, a cidade não se reduz a um somatório de bens imóveis em trânsito. Lisboa é uma teia complexa de relações de vizinhança, estruturas sociais, economias locais e expressões culturais que vai resistindo, que corre o risco de se desfazer sob a manipulação do seu corpo físico. A maioria das operações em curso inutiliza, deslocaliza e reatualiza as dinâmicas da cidade e a sua avidez expulsa os habitantes, falsificando a cultura urbana na lógica mercantil dos investimentos. É fundamental avaliar o que estamos a destruir, é preciso trabalhar para a cidade que ainda temos, para ir desbravando o seu futuro com os seus habitantes.

RACISMO



Mural de Martin Luther King na Cova da Moura

“Não morreste do AVC, vais morrer agora”

“Pelo que diz, os senhores estiveram sempre a ser apanhados, certo? E não houve um único polícia ferido. Acha que eles têm falta de pontaria ou são vocês que têm sorte?”, foi assim que a juíza Ester Pacheco interpelou um dos 17 agentes da PSP que se defendem das acusações apontando o dedo a vários jovens da Cova da Moura. No julgamento que começou no fim do mês passado, no Tribunal de Sintra, os arguidos respondem por denúncia caluniosa, injúria, ofensa à integridade física e falsidade de testemunho num caso que remonta a 5 fevereiro de 2015 e que envolveu agressões policiais a jovens deste bairro da Amadora, na esquadra de Alfragide. A acusação do Ministério Público (MP) sustenta que os elementos da PSP espancaram, ofenderam a integridade física e trataram de forma vexatória, humilhante e degradante as vítimas, considerando que os agentes de autoridade agiram com ódio racial, de forma desumana e cruel, e tiveram prazer em causar sofrimentos aos seis jovens. O MP sublinha que os arguidos sabiam que a sua conduta era censurável, proibida e punida por lei e agiram de forma livre, voluntária e consciente contra os jovens.

Num julgamento inédito em Portugal, pela gravidade das acusações e pelo número de polícias envolvidos, os

agentes defendem-se dizendo que apenas tentavam evitar a invasão da esquadra por mais de uma dezena de jovens com a intenção de libertarem Bruno Lopes que acabava de ser detido. Foi a própria juíza que duvidou dessa versão, também rejeitada pelo MP e pela advogada dos seis jovens da Cova da Moura que declarou à *A Voz do Operário* que a versão dos acusados é absurda. “Em três anos, os agentes nunca apresentaram qualquer queixa contra supostos invasores e só as vítimas foram identificadas”, afirmou. Acrescentou também que não foram apresentadas quaisquer imagens das câmaras de videovigilância do exterior da esquadra ou de vidros partidos na carrinha como consequência da alegada chuva de pedras. Outro dos fatos que deixou a juíza com dúvidas foi não terem usado qualquer equipamento de proteção e nenhum agente ter resultado ferido. Um dos arguidos, André Silva, manteve a versão da tentativa de invasão que os polícias apresentaram na altura, para justificar que as detenções dos outros cinco jovens - entre os quais Flávio Almada e Celso Lopes, mediadores da Associação Moinho da Juventude, da Cova da Moura. Tendo em conta a desproporção numérica e de força entre agentes e jovens, que André diz terem sido cerca de 15, a magistrada duvi-

dou da declaração do agente: “Que hipótese tinha aquela gente, tendo em conta todo o efetivo da esquadra. Não é desproporcional? Não conheço nenhum caso assim...”.

À *A Voz do Operário*, Flávio Almada contou uma versão diferente da apresentada pelos agentes. “Eu ia acompanhar uma moradora da Cova da Moura que foi baleada pela polícia à esquadra para apresentar queixa quando uma amiga me disse que ela devia ir ao hospital e que eu devia ver o que se tinha passado com o Bruno Lopes que tinha acabado de ser detido. Eu nem sequer assisti aos fatos”, explica. Quando Flávio que se juntou a Celso Lopes e a outros amigos se deslocou à esquadra foram insultados e agredidos. “Nós só queríamos saber do Bruno e começámos a ser insultados e agredidos. Não houve qualquer tentativa de invasão da esquadra. Fomos pontapeados, dispararam sobre nós e detiveram-nos”, denuncia. Foi só depois, quando já estava deitado no chão e a sangrar, que Flávio ouviu um dos agentes dizer aos outros que havia alguém lá fora a querer filmar. Era uma referência ao sexto detido que foi apanhado na rua sem ter nada a ver com os restantes jovens. Acabava de sair de uma loja de telemóveis quando foi arrastado para dentro da esquadra. Rui Moniz, que tem parte do corpo paralisado como consequência de um acidente vascular cerebral (AVC), mergulhou num inferno de insultos racistas e sessões de espancamento. “Não morreste do AVC, vais morrer agora”, terá dito um dos arguidos, segundo os autos da acusação.

Lúcia Gomes e Flávio Almada reiteram que este julgamento pode ser uma oportunidade para a justiça portuguesa inverter a indiferença institucional com que a violência policial e racial é vista em Portugal. As queixas contra a PSP na Cova da Moura, agora reconhecidas num despacho de acusação do Ministério Público, chegaram às Nações Unidas em 2011. No ano passado, um grupo de trabalho do Conselho de Direitos Humanos centrado nas problemáticas dos descendentes africanos esteve no país em maio e o bairro, nos arredores da Amadora, foi um dos locais visitados. O alerta das organizações não governamentais ficou patente no relatório final: de acordo com a consulta feita pelos peritos da ONU às associações, a polícia selecionava imigrantes afro-descendentes e levava a cabo operações de larga escala nos bairros onde vivem.

Pelo menos em 2013 já tinha havido três queixas sobre intervenções policiais da esquadra do Corpo de Intervenção Rápida em Alfragide e das esquadras da PSP de Alfragide e Damaia. Em 2015, estes antecedentes foram questionados pelo PCP numa pergunta dirigida ao MAI, em que dava conta de os moradores afirmarem que “não há semana em que não se veja no bairro homens e mulheres de qualquer idade, deitados no chão, quase nus encostados à parede, numa imagem do mais degradante para o ser humano”.

JUVENTUDE

Acampamento pela Paz

Workshops, Luta, Desporto, Debate, Paz, Música

Acampamento pela Paz | 27-29 de julho | Serpa

De 27 a 29 de julho, realiza-se, em Serpa, o Acampamento pela Paz promovido por diversas associações, donde se destaca a Plataforma pela Paz e Desarmamento e o Projeto Ruído. No apelo à participação dos jovens na iniciativa que vai envolver várias atividades, os organizadores afirmam que “qualquer noção de

progresso e ideia de futuro para a humanidade” tem de estar sustentada “na ideia de paz” e “o desenvolvimento económico e justiça social, com um sistema de ensino público e gratuito para todos, emprego com direitos, acesso à cultura e à prática desportiva, tempo para o lazer. Se queremos uma vida digna para a juventude, então temos que garantir que o militarismo e a guerra deixam de ser uma realidade”.

PUBLICIDADE



RESTAURANTE - CERVEJARIA
A MOURISCA
Martins, Barros & Cunha, Lda
NIF 500 612 781
FUNDADA EM 1975
ENCERRAMOS À TERÇA-FEIRA
Largo da Graça, 84 - 85 - Trav. das Mónicas, 18 a 28 - 1170-165 LISBOA
21 886 36 88 • cervejariaamourisca@gmail.com

A VZ DAS FESTAS

» ROTEIRO
DOS ARRAIAIS
DE LISBOA



a Voz do Operário

CAMPOLIDE

1

CARNIDE

MARQUÊS
DE POMBAL

ESTRELA

9

2

PRAÇA
LUÍS DE CAMÕES

3

4

CAIS
DO SODRÉ

ALCÂNTARA
BELÉM
ARRAIAL VERDE



1 - 30 junho

ARRAIAIS POPULARES

ENTRADA GRATUITA

ALCÂNTARA

Academia de Santo Amaro
(Rua Academia Recreativa de Santo Amaro)
Dias 1, 2, 8, 9, 12, 13, 15, 16, 22, 23, 29 e 30

CAMPOLIDE

Associação Viver Campolide
(Rua de Campolide, Quinta do Zé Pinto)
Dias 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29 e 30

CARNIDE

Associação Grupo os 16 do Bairro Padre Cruz
(Rua Professor Almeida Lima, Largo em frente ao Auditório Natália Correia)
Dias 1, 2, 3, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 22, 23, 24, 29 e 30

Carnide Clube

(Rua Neves Costa, Largo do Coreto)
Dias 1, 2, 8, 9, 12, 13, 15, 16, 22, 23, 29 e 30

MISERICÓRDIA

Corpo Nacional de Escutas Agrupamento 48 de Santa Catarina
(Calçada do Combro, junto à Igreja de Santa Catarina)
Dias 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 23, 24, 27, 28 e 30

Grupo Desportivo ZIP ZIP

(Rua dos Cordoeiros, Largo de Santo Antoninho)
Dias 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29 e 30

Marítimo Lisboa Clube

(Calçada da Bica Grande, Beco dos Aciprestes)
Dias 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29 e 30

OLIVAIS

Associação Desportiva e Cultural da Encarnação e Olivaís
(Rua Quinta de Santa Maria e Rua Circular Norte)
Dias 1, 2, 8, 9, 12, 13, 15, 16, 22, 23, 29 e 30

Grupo Musical “O Pobrezinho”

(Rua do Chibuto)
Dias 1, 2, 8, 9, 12, 13, 15, 16, 22, 23, 29 e 30

Inglese Futebol Clube

(Rua Cândido de Oliveira)
Dias 1, 2, 8, 9, 12, 13, 15, 16, 22, 23, 29 e 30

SANTA MARIA MAIOR

Associação Recreativa Amigos de São Miguel
(Rua de São Miguel e zonas envolventes)
Dias 1, 2, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 22, 23, 29 e 30

Centro Cultural Dr. Magalhães Lima

(Largo do Salvador)
Dias 1, 2, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 22, 23, 29 e 30

Grupo Desportivo da Mouraria

(Largo da Severa, Rua da Guia e Rua da Mouraria)
Dias 2, 8, 9, 12, 13, 15, 16, 22, 23, 29 e 30

Grupo Sportivo Adicense

(Calçadinha da Figueira)
Dias 2, 8, 9, 12, 13, 15, 16, 23 e 30

Sociedade Boa União

(Beco das Cruzes)
Dias 1, 2, 8, 9, 12, 13, 15, 16, 22, 23 e 30

ESTRELA

Grupo Dramático Escolar “Os Combatentes”
(Rua do Possolo, Instalações dos Inválidos do Comércio)
Dias 1, 2, 8, 9, 12, 13, 15, 16, 22, 23, 29 e 30

SÃO VICENTE

Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário

(Rua da Voz do Operário)
Dias 2, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29 e 30

Centro de Cultura Popular de Santa Engrácia

(Calçada dos Barbadinhos)
Dias 2, 9, 12, 13, 16, 23 e 30

MARVILA

Sociedade Musical 3 de Agosto de 1885
(Rua Amorim, Poço do Bispo)
Dias 1, 2, 3, 8, 9, 12, 13, 15, 16, 22, 23, 29 e 30

LUMIAR

Dias 2, 9, 12, 13, 15, 16, 22 e 23

BENFICA

(Alameda Padre Álvaro Proença)
Dias 21 a 24

Arraial Vila Berta

(Vila Berta, à Graça)
Dias 8 a 16

Santo António de Alvalade

(Parque de Jogos 1º de Maio – Inatel)
Dias 8 a 17

Arraial Lisboa Pride

(Praça do Comércio)
Dia 23, 16h às 4h

1 - 30 junho

SUGESTÕES d'A VOZ



ANTIPRINCESAS

1 a 10 junho | Vários locais
Entrada gratuita | M/3

Estas são as histórias de quatro mulheres inspiradoras: a escritora brasileira Clarice Lispector; a pintora mexicana Frida Kahlo; a compositora e cantora chilena Violeta Parra e a militar boliviana de origem indígena Juana Azurduy. Nestas histórias não há coroas, nem castelos. Foram mulheres lutadoras, independentes e apaixonadas pela vida. A evocação destas verdadeiras heroínas vem sublinhar a evidência que a vida não é um «conto de fadas», mas também que vale a pena enfrentar dificuldades e lutar por aquilo em que acreditamos.



FADO NO CASTELO

14 a 17 de junho | Castelo de São Jorge | 22h
Entrada gratuita | *Sujeita ao limite da lotação e mediante levantamento de bilhete no dia do espetáculo, na bilheteira do Castelo de São Jorge ou no Museu do Fado, a partir das 20h* | M/6

No dia 14 de junho, Carlos do Carmo canta com Antonio Serrano na guitarra. É a oportunidade de ouvir o fadista da cidade dos pregões e das gaivotas, dono de uma voz inconfundível. Carminho e Filipe Monteiro sobem ao palco no dia seguinte. O último dia é dia de Camané e Laurent Filipe, trompetista, compositor e produtor.

FESTA DA DIVERSIDADE

16 e 17 junho | Ribeira das Naus | 16h à 1h (sábado) e 16h às 24h (domingo) | Entrada Gratuita

Mais do que um momento de celebração, a Festa da Diversidade traz ao encontro, no espaço público da cidade, os vários saberes, sabores e sons do mundo, com dignidade, respeito e igualdade. Pela Ribeira das Naus, ao longo destes dois dias, passam nomes como Guto Pires, Farra Fanfarra, Tocá Rufar, Costa Neto e Calú Moreira.



ORQUESTRA GERAÇÃO

2 de junho | Praça do Comércio | 19h30
Entrada gratuita | M/3

Com os olhos postos no futuro, a Orquestra Gulbenkian e a Orquestra Geração passam em revista as grandes composições que evocam a guerra e os feitos históricos do passado. A Orquestra Geração/Sistema Portugal é um projeto socioeducativo inspirado no El Sistema, da Venezuela, que aposta no ensino da música como forma de inclusão social de crianças e jovens em meios mais desfavorecidos e com menos oportunidades. A celebrar dez anos de existência, a Orquestra Geração envolve atualmente cerca de 1170 crianças e jovens dos 6 aos 20 anos de idade, distribuídos pelos vários instrumentos da orquestra sinfónica, de sopro, de percussão e Coro.



LISBOA MISTURA

7 a 10 de junho | Ribeira das Naus e B.Leza
Entrada gratuita | M/6

O Lisboa Mistura tem-se afirmado como um ponto de ligação entre culturas, tendo Lisboa como pano de fundo. A Ribeira das Naus, à beira do Tejo, é o local natural para esta festa que junta música e cultura, com uma forte dimensão urbana, social e política. No cartaz, destacam-se os concertos de Dj Cigarra (Brasil), Da Cruz (Brasil) e Metá Metá (Brasil) no dia 8 de junho, a partir das 18h, na Ribeira das Naus. No dia seguinte, Dj Johnny (Angola/Portugal), Nice Groove (Portugal), They Must Be Crazy (Portugal), Ikoqwe (Angola/Portugal) e Orlando Julius & The Heliocentrics (Nigéria/Reino Unido). O último dia vai ficar marcado pela presença dos Modo Portátil (Portugal), Oficina Portátil de Artes (Portugal), Nice Groove (Portugal) e Bitori (Cabo Verde).

CINEMA DE ESCRITA

14 a 16 junho | Cinema São Jorge | 21h30 | 3€

A literatura e o cinema estão sempre ligados e são, muitas vezes, apenas formas diferentes de contar uma mesma história. Neste Cinema de Escrita vão ser projetados três filmes, alusivos a grandes clássicos, e paralelamente decorrerá uma feira do livro, que se prolonga até 29 de Junho.

14 junho

A Laranja Mecânica, de Stanley Kubrick
(136min, M/16)

15 junho

Uma Abelha na Chuva, de Fernando Lopes
(66min, M/12)

16 junho

A Desaparecida, de Alfred Hitchcock
(95min, M/12)



REFAVELA 40

30 junho | Jardim da Torre de Belém | 22h
Entrada gratuita | M/6

Gilberto Gil, voz e guitarra
Bem Gil, voz e guitarra
Mestrinho, voz e acordeão
Mayra Andrade, voz
Chiara Civello, voz e piano
Domenico Lancellotti, bateria, percussão e MPC
Bruno Di Lullo, baixo
Thomas Harres, bateria e percussão
Thiagô Queiroz, saxofone e flauta
Mateus Aleluia Filho, trompete e flugelhorn
Nara Gil e Ana Lomelino, vocais

A história deste espetáculo começa em 1977, quando Gilberto Gil fez a sua primeira viagem a África, mais precisamente à Nigéria, para participar no Festac – Festival de Arte e Cultura Negra. Regressado ao Brasil, Gilberto Gil gravou Refavela, um disco que se tornou um dos clássicos da carreira do artista, inspirado pelos ritmos, pelas experiências e pelos temas que viveu durante esses dias em Lagos. Um disco que a crítica aponta como algo que juntou “as quatro pontas da música negra produzida com vigor no universo pop da época: O afrobeat do nigeriano Fela Kuti (1938–1997) era o ponto matricial que interligava a então renovada juju music de África com a batida funk do black Rio de Janeiro; com as levadas afro-brasileiras dos sons da Bahia e com o reggae feito na Jamaica no tom de Bob Marley (1945–1981).” (Mauro Ferreira, Globo). Em 2017, para comemorar os 40 anos do disco, o músico, produtor e filho de Gil, Bem Gil, concebeu o espetáculo Refavela 40 com vários convidados.

OPINIÃO

Vícios privados e públicas virtudes

Nuno Ramos de Almeida

A corrupção é filha da desigualdade. Se formos ver os estudos, quanto mais desigual é um país, mais corrupto ele é. A desigualdade penetra todos os poros de uma sociedade. Não significa apenas que existem muitos pobres e poucos muito ricos, quer dizer que este últimos mandam. Para existir um poder de uma minoria sobre uma imensa maioria, a política tem que estar nas mãos de muito poucos e os seus caminhos têm que ser nada transparentes. A falta de transparência e de democraticidade do poder não é uma coincidência: existe para manter no poder os do costume.

A corrupção em Portugal não acontece porque há alguns vógaros que prevaricam; existe e prospera porque há gente que se apropriou indevidamente da democracia e do Estado.

Temos normalmente a ideia que a corrupção é um desvio do sistema, algo que é um caso de polícia e não de política. Mas isso é na maioria das vezes falso. Os casos de corrupção reiterada a que assistimos em Portugal, os das falências fraudulentas dos bancos, os dos contratos desastrosos que o Estado fez das PPP, os do tráfico de influências potenciados pela circulação

directa dos políticos entre ministérios e altos cargos nos grupos financeiros, as tramóias nos vistos gold, a contratação de escritórios que preparam simultaneamente as privatizações para o Estado e para os tipos que vão comprar as empresas por tuta-e-meia, não se devem a termos em cada esquina um Vale e Azevedo, mas a termos um regime de poder político em que um grupo social se apoderou dos bens públicos e do Estado em seu benefício.

Em Portugal, a maioria dos ministros e secretários

de Estado da área das Finanças e Economia acabaram por trabalhar na banca. No mundo em geral, há uma febre de governantes vindos do ubíquo banco que, entre outras coisas, falsificou as contas da Grécia, desencadeando a crise das dívidas soberanas, o Goldman Sachs. As portas giratórias são a demonstração reiterada dos públicos interesses e dos vícios privados, que levam a governos que preferem mandar milhões para o desemprego que diminuir os dividendos dos acionistas dos bancos.

Não é preciso ser particularmente revolucionário para perceber que a corrupção é um dado permanente deste regime que expulsou o povo da democracia. Como escrevia o historiador social-democrata Tony Judt: “A desigualdade é corrosiva. Apodrece as sociedades a partir de dentro.” E isto liga-se à primeira história. Num país cada vez mais injusto do ponto de vista económico, político, social, o que se pede não é que se diga “não sei”, mas que as pessoas sejam capazes de mostrar que não querem mais esta situação. Aquilo que sustenta os corruptos é o nosso silêncio e a nossa incapacidade de imaginar uma solução radicalmente diferente da rotatividade contentinha que temos vivido nos últimos 40 anos entre os mesmos grupos de interesses.



Criado por
Freepik

PUBLICIDADE



O CAFÉ DA SUA VIDA 



saúde

O café

O café tem origem no século VII.

Conta-se que um pastor observou que as suas ovelhas que comiam as folhas do café ficavam mais espertas, mais vivas, e então ele experimentou os frutos e sentiu muito maior vivacidade. As tribos africanas que conheciam o café desde a antiguidade moíam os grãos de café e faziam uma pasta para alimentar os animais e também para aumentar a força dos guerreiros. O seu cultivo estendeu-se primeiro pela Arábia e depois para o resto do mundo árabe.

Em 1475, surge a primeira loja de café em Constantinopla. Em 1570 foi introduzido em Veneza, Itália. Em 1652, abriu a primeira loja em Inglaterra e, em 1672, em Paris. Depois, alcançou os Países Baixos e devido ao dinamismo do comércio marítimo estendeu-se para o resto da Europa, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde o clima era ótimo para o seu cultivo.

O café tem imensas propriedades úteis para a nossa saúde.

É um poderoso estimulante, um vasodilatador e um grande preventivo de algumas doenças, como por exemplo, o parkinsonismo, o alzheimer, cancro, etc.

O excesso de café torna-se prejudicial à saúde. O ótimo seria beber um café pela manhã, pois estimula a actividade cerebral. A cafeína do café depende muito do tipo de grão, de ser mais ou menos torrado, o ser moído mais fino, pois, por exemplo, o café de filtro tem mais cafeína do que o expresso, visto que o tempo de elaboração é maior.

O café é rico em nutrientes essenciais tais como as vitaminas B2, B3, B5, manganésio, potássio, magnésio, e anti-oxidantes que protegem o organismo dos radicais livres.

Ele estimula a secreção gástrica, activa a produção da biliar, aumenta a contracção da vesícula biliar e se for tomado depois das refeições ajuda na digestão.

Ele é um estimulante, aumenta a capacidade de desempenho e ajuda a prevenir doenças como o cancro. Ajuda a reduzir o risco da cirrose, ajuda no combate a diabetes tipo 2. É um diurético, inibe o apetite. Potencia o efeito dos analgésicos, razão pela qual muitos analgésicos têm cafeína.

Mas, atenção, o excesso pode-se tornar muito prejudicial para a saúde, tanto para o coração como para os outros órgãos.

Se o seu médico não vê inconveniente de tomar o seu café, não abuse, pois só assim sentirá o seu benefício.

Lina Seabra-Diniz, Médica

DOCENTES

Mais de 50 mil dizem basta



Manifestação na Avenida da Liberdade.

No dia 19 de maio, mais de 50 mil professores e educadores aderiram ao repto da Fenprof e desceram a Avenida da Liberdade exigindo do governo respeito pelos compromissos assumidos nas negociações com os sindicatos. Na manifestação, que foi acompanhada de concentrações também em Ponta Delgada e no Funchal, foi aprovada uma resolução por aclamação que vai servir de guia ao encontro que esta federação sindical se prepara para ter com o ministro da Educação. Professores e educadores reclamam que o governo assuma os compromissos assumidos em quatro áreas fundamentais e para as quais dizem faltar medidas concretas para dar resposta a problemas que se arrastam há anos. No que diz respeito à aposentação, os profissionais do ensino defendem um regime especial de aposentação que faça frente ao desgaste e às longas carreiras, sem penalização de idade, aos 36 anos de serviço. Em relação aos horários de trabalho, acusam os responsáveis do Ministério da Educação de estarem cientes da ilegalidade imposta às escolas em semanas que excedem largamente as 35 horas estabelecidas para a Administração Pública. Como muitos outros setores profissionais que trabalham para o Estado, os professores denunciam também a forma como o governo se tem comportado nas comissões criadas no âmbito do PREVPAP para o ensino superior. A precariedade continua a ser um problema por resolver sem que o ministério da Educação abra os quadros das escolas de acordo com as suas necessidades reais e sem que todos os docentes que satisfazem necessidades permanentes integrem os quadros. Sobre o descongelamento e o reposicionamento das carreiras, a Fenprof reiterou que “é inaceitável a discriminação que está a ser imposta aos professores”. O governo quer eliminar a estes profissionais 70% do tempo que é contado integralmente aos outros trabalhadores da Administração Pública como moeda de troca para o descongelamento das outras carreiras. Diz esta fede-

ração sindical que os responsáveis políticos pela pasta da Educação mentem ao triplicarem o valor estimado da despesa com o descongelamento dos docentes para justificarem a não recuperação do que é devido. Em reunião, a 23 de maio, na Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República, em audição destinada a debater os problemas dos trabalhadores das escolas públicas, Tiago Brandão Rodrigues disse que o seu ministério apresentou uma proposta de aproximação à dos sindicatos. Em resposta, a Fenprof recordou ao ministro que estes não têm qualquer proposta mas uma exigência: a contagem de todo o tempo cumprido. Dizem, aliás, que se for isto que o governo tem para dizer nas reuniões com as organizações sindicais, a 4 de junho, vai ter “os professores à perna” e que a luta vai prosseguir com mais força.

PUBLICIDADE



DESPORTO

Viagem às raízes populares do futebol

Em 1946, Artur Inês, jornalista do diário *República* foi abordado pelo vice-presidente do então Chelas Futebol Clube sobre a possibilidade de se criar uma coletividade que fundisse esta com outras duas associações desportivas: o Marvilense Futebol Clube e o Grupo Desportivo “Os Fósforos”. Os adeptos das três equipas operárias envolviam-se frequentemente em distúrbios. Foi no Café Gelo, sítio onde se juntavam habitualmente opositores ao fascismo, que decidiram avançar com a criação de um clube que os unisse a todos e acabasse com as rivalidades entre irmãos de classe. A ideia era já amplamente aceite pelos dirigentes e pelas massas associativas. Nesse mesmo ano, a larga maioria dos sócios apoiou a fusão e o jornal *República* noticiava, então, que estava aberto o caminho para a constituição de uma “poderosa organização desportiva e cultural, um bloco forte e unido na defesa da saúde, da educação, dos interesses, enfim, da juventude da zona oriental de Lisboa”. Foi assim que nasceu o Clube Oriental de Lisboa.

Estes e outros acontecimentos são pretexto para uma viagem pelos primórdios do futebol popular em Lisboa através da Vintage Football City Tour. Longe do fenómeno massificado que acabou nas mãos dos principais grupos económicos e financeiros fazendo deste um desporto que move milhões de euros, ainda subsiste a memória do passado e a luta dos que resistem por preservar o carácter popular do futebol. Os responsáveis pelo projeto de visitas guiadas afirmam que o jogo “da bola” não são somente contratos milionários, estádios modernos e televisão por cabo. Ainda é paixão, campos “pelados”, bancadas de pedra, couratos, cerveja fresca, coletividades acolhedoras e, sobretudo, memória histórica e coletiva de um Portugal que tenta não desaparecer.

Todos conhecem a Liga NOS, o Estádio da Luz, Alvalade XXI, a seleção, Ronaldo e Figo, *A Bola* e o *Record* mas poucos sabem da relevância dos Pinto Basto, dos Swifts, de Artur José Pereira, do Campo de Ourique Futebol Clube, d’Os Fósforos, do Roquette e os Catataus, da Terra do Desembargador e das Salésias, do jornal *Tiro e Sport*



Jogo do Sport Lisboa com o Club Internacional de Foot-Ball no campo das Salésias, o primeiro relvado do país.

ou do Senna Cardoso...Foram estes ícones e lugares míticos - desconhecidos para muitos amantes do futebol - a mecha inicial que fez este desporto alastrar como fogo na pradaria a todos os bairros operários e populares do país. O projeto Vintage Football City Tour brotou da conversas entre três amigos, unidos pela paixão ao futebol dos grandes, mas sobretudo dos ‘pequeninos’, e o grande objetivo de valorizar e dar a descobrir a verdadeira alma do futebol. As suas origens, o seu desenvolvimento ao longo dos anos, através de visitas guiadas que possam dar a conhecer a história do nosso desporto indo ao encontro de sítios e vestígios de um futebol de outros tempos: monumentos, antigos campos, sedes de clubes, associações e coletividades. O objetivo passa ainda pela valorização do incalculável património do movimento

associativo popular - cultural e desportivo -, ainda hoje tão importante, que sobrevive ao passar dos anos, e que se quer dar a conhecer e revitalizar.

O projeto que arrancou há dois anos tem seguido um roteiro que passa pelos vestígios dos primeiros campos de futebol em Belém e Ajuda, com uma visita ao primeiro grande estádio de Portugal, o Campo das Salésias, pela primeira sede do Sport Lisboa, do Casa Pia Atlético Clube e d’Os Belenenses. Com página no Facebook, o Vintage Football City Tour aceita marcações para passeios por este roteiro. Os responsáveis pensam já em alargar as visitas a Alcântara, onde se destaca o Atlético Clube de Portugal, sucessor do Carcavelinhos, e à zona oriental da cidade, berço do Clube Oriental de Lisboa e do Operário Futebol Clube de Lisboa.

Sugestões culturais:

Loures Arte Pública



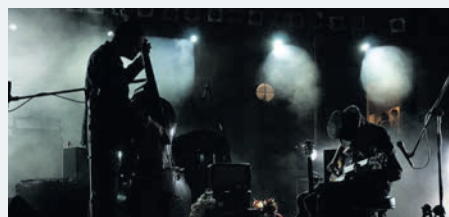
Realiza-se, entre 23 de junho e 1 de julho, a terceira edição desta iniciativa da autarquia. Cerca de uma centena de artistas voltam a intervir em todo o concelho. A arte urbana é hoje uma das imagens de marca e tem o seu expoente máximo na Quinta do Mocho, em Sacavém, que é considerada a maior galeria de arte urbana da Europa.

Kola San Jon



Esta festa, originária de Cabo Verde, cruza a cultura dos antigos escravos com a dos colonizadores. É festejada no bairro da Cova da Moura no fim-de-semana mais próximo do dia de São João, 24 de junho, e tem como elemento central um cortejo que envolve música de tambores e apitos, canto e dança.

Dead Combo



Tó Trips e Pedro Gonçalves apresentam o álbum “Odeon Hotel”, lançado em abril. A dupla sobe ao palco acompanhada por Alexandre Frazão na bateria, Gui nos sopros e teclas e António Quintino no baixo, contrabaixo e guitarras. O espetáculo é no dia 16 de junho, no Fórum Municipal Luísa Todi, em Setúbal, às 21h30. Os bilhetes custam 15 euros para a plateia e 11 para o balcão.

Atelier-Museu Júlio Pomar



Com a morte do pintor, no mês passado, o país perdeu um dos grandes vultos da cultura portuguesa. Como lugar de especificidade e pólo de divulgação da obra de Júlio Pomar, o Atelier-Museu engloba um programa de exposições que procura dar conta da pluralidade técnica e temática da obra deste autor, reconhecido, por várias gerações, como um artista multifacetado. Situa-se em Lisboa, na Rua do Vale, n.º7 e a entrada custa 2 euros.

LIBÉRIO DOMINGUES

“Com maioria absoluta, o PS não teria optado por este caminho”

Foi no calor de 75 que o caminho do então operário das oficinas da Câmara Municipal de Lisboa se confundiu com a atividade sindical. Coordenador da União de Sindicatos de Lisboa da CGTP-IN, Libério Domingues ainda hesitou quando foi confrontado com a possibilidade de se tornar representante dos trabalhadores a tempo inteiro. Pesou a urgência de tornar as conquistas de Abril irreversíveis, tal como hoje pesa a importância de pressionar o governo no sentido de continuar o caminho de recuperação dos direitos que, na opinião do também presidente da Assembleia Geral d’a Voz do Operário, continua “aquém” das expectativas.



Libério Domingues n’A Voz do Operário na Graça.

Bruno Amaral de Carvalho

Foi no calor de 75 que o caminho do então operário das oficinas da Câmara Municipal de Lisboa se confundiu com a atividade sindical. Coordenador da União de Sindicatos de Lisboa da CGTP-IN, Libério Domingues ainda hesitou quando foi confrontado com a possibilidade de se tornar representante dos trabalhadores a tempo inteiro. Pesou a urgência de tornar as conquistas de Abril irreversíveis, tal como hoje pesa a importância de pressionar o governo no sentido de continuar o caminho de recuperação dos direitos que, na opinião do também presidente da Assembleia Geral d’a Voz do Operário, continua “aquém” das expectativas.

Sem a luta dos trabalhadores teríamos chegado a esta solução de governo?

Se a luta não tivesse mantido sempre um nível muito alto, não teríamos esta solução e a direita estaria no po-

der. Temos de valorizar o que se conquistou, mas estamos muito longe de estar satisfeitos com a atuação do governo porque consideramos que há uma dívida com os trabalhadores que ainda não está saldada. Abriu-se um caminho que se interrompeu mas que fica muito aquém das reivindicações dos trabalhadores, nomeadamente em aspectos da legislação laboral impostos pela *troika* dos quais este governo do PS não se quer libertar.

Que passos estão por dar?

Logo à cabeça temos a questão da contratação coletiva. Não é possível que haja paridade e justiça nas relações de trabalho quando há a possibilidade de, a qualquer momento, fazer caducar os contratos de trabalho. É uma questão estruturante e decisiva para o equilíbrio das relações laborais e está ligada quer aos horários, quer aos salários. Discutir estas questões deixou de ser uma obrigação para o patronato e isso tem contribuído para degradar a situação no mundo laboral. Creio também que é preciso romper com este caminho de baixos salários. A

maioria do emprego criado está sujeito a vínculos precários. No distrito de Lisboa há um crescimento de empregos na área do Turismo e da Hotelaria, mas isso não se tem traduzido na melhoria das condições de trabalho nem no aumento dos salários, antes pelo contrário.

Para onde é que vai essa riqueza, então?

Essa riqueza é capitalizada pelos grandes grupos económicos. Quando há empresas que apresentam lucros fabulosos é isso. O exemplo são as grandes cadeias hoteleiras que empurram os trabalhadores para fora, para entregar essas funções a empresas de trabalho temporário onde a exploração atinge níveis muito superiores. Por isso esta contínua luta quer na administração pública quer no setor privado que teve expressão, por exemplo, na manifestação dos professores, na greve dos médicos e dos enfermeiros, assim como nas paralisações em grandes empresas. Agora, o que é fato é que a nossa comunicação social não dá conta desse movimento reivindicativo. Parece que está tudo bem, não é?

A própria direita está empenhada em passar a mensagem que com este governo a CGTP abrandou.

Percebe-se claramente porquê. A direita alimenta e continua a alimentar a vontade de regressar ao poder e tudo serve. Claro que essa afirmação é desmontada no terreno com a ação que a CGTP continua a desenvolver todos os dias nos locais de trabalho e em momentos que consideramos importante fazer uma convergência da luta.

Decorridos praticamente três anos, a CGTP faz um balanço positivo desta governação?

Estamos numa altura em que é preciso que o governo clarifique as suas posições em algumas matérias e os indicadores são péssimos. Tivemos, recentemente, dois exemplos da determinação do governo em prosseguir um caminho que não é favorável aos trabalhadores. Refiro-me a duas ou três votações na Assembleia da República em que o PS se aliou à direita contra os trabalhadores, nomeadamente nas alterações ao código de trabalho e na consagração das 35 horas para todos. A questão dos horários é um dos maiores problemas com que estamos confrontados e tem sido tratada pelo governo de uma forma não aceitável que não se coaduna com as expectativas que foram criadas. Continuamos a ter imposições que derivam das condições que a *troika* nos impôs. Esta obsessão do governo com o défice, em termos de compromissos europeus, não faz qualquer sentido. Há que ter a coragem de tomar algumas opções que têm de ser mais favoráveis a quem, ativamente, produz riqueza.

Como é que essa obsessão se traduz?

O ministro da Educação e o ministro da Saúde têm um discurso que dá a ideia que quem decide é o Ministério das Finanças. Quem de facto tem o poder de decisão não são os respetivos ministros, são as Finanças. Na tutela da Saúde há uma pessoa que só faz corpo presente, é aliás uma questão colocada pelos trabalhadores que dizem que não há uma política para a Saúde, há uma gestão corrente em que alguém decide o que é que é possível e o que não é possível. Chegamos a um ponto em que é o ministro das Finanças que vem dizer quando é que arrancam as obras na ala de pediatria do Hospital de São João do Porto.

De qualquer forma há uma melhoria dos índices económicos...

Quando se diz que o país está melhor e que os resultados da economia são mais favoráveis há duas leituras. Por um lado, a leitura de que não é por via da austeridade que resolvemos problemas e que a recuperação dos rendimentos se traduziu de forma positiva na nossa economia. Por outro, aquela ideia de que isto tem de ser austeridade, mais austeridade, caiu por terra. Agora, se estamos numa situação mais favorável isso tem de se traduzir numa melhoria de vida dos trabalhadores. Não nos adianta de nada ter as primeiras páginas dos jornais a dizer que Portugal está melhor se isso não se traduzir na prática. Continuamos a ser dos únicos países da Europa onde a pobreza atinge a classe trabalhadora. Isto quer dizer que temos uma margem de trabalhadores com salários que estão abaixo do limiar da pobreza. Basta haver um imprevisto, uma situação de doença, que os trabalhadores caem na pobreza extrema. Estes números deveriam ter uma leitura por parte do governo e foi nesse sentido que a CGTP exigiu o aumento do salário mínimo nacional para os 650 euros em 2019.

Mas tendo em conta que o governo chumbou o aumento do salário mínimo para 600 em 2019, é possível concretizar essa reivindicação?

O governo não aceitou os 600 euros, mas o que hoje é verdade é que fruto dessa reivindicação da CGTP, eu diria que não estando ainda em vigor, a grande maioria dos trabalhadores já teve esse aumento fruto da luta que se desenvolveu. Agora, quando nos dizem que estamos a exigir um aumento irrealista esquecem-se que tivemos um período sem qualquer atualização do salário mínimo e que se as regras fossem cumpridas não seria 650, se-

“O PS aliou-se à direita contra os trabalhadores”.
O que está sempre em cima da mesa é a questão da defesa do serviço público.

ria muito mais. Outro problema em relação aos salários é o congelamento na Administração Pública. Isto dá um péssimo exemplo ao setor privado. Desde 2009 quer as carreiras, quer as progressões, quer os salários estão congelados e vem agora o nosso primeiro ministro dizer que não há margem para aumentar os funcionários públicos.

Como é que vê a essa afirmação?

Continua a ser o mesmo PS de sempre, lado a lado, com os interesses do capital que são inegáveis. Temos dito várias vezes que a posição do Partido Socialista em questões laborais deixa os patrões descansados.

Com as legislativas no horizonte há tempo para inverter essa situação?

Aquilo que consideramos importante neste momento é que os trabalhadores lutem pelas suas reivindicações concretas, mas ao mesmo tempo tenham a percepção de que é preciso alterar as coisas e que este é o momento. Vamos ter eleições legislativas em outubro de 2019 e este Orçamento de Estado é decisivo, portanto é agora que os trabalhadores têm de trazer para a rua as suas

principais reivindicações. É nesse sentido que estamos a desenvolver a nossa ação junto dos trabalhadores de criar a percepção que as coisas têm de se alterar e não se vão alterar se nós não formos à luta. Nada cai do céu, nada nos foi oferecido, tudo foi conquistado e tudo foi fruto da luta. É também isto que queremos mostrar na grande manifestação convocada para 9 de junho.

Uma eventual vitória do PS com maioria absoluta pode pôr em causa o caminho de reposição de direitos?

Os maiores ataques à classe trabalhadora e ao código do trabalho foram feitos em governos do Partido Socialista. Não acredito sequer que este caminho se tivesse iniciado caso o PS não dependesse dos acordos parlamentares com o PCP, PEV e BE para assegurar a maioria. Naquilo que são as opções estratégicas, o governo continua amarrado a compromissos quer no plano europeu, quer no plano da ditadura das regras do défice. Defendemos a ruptura com esses compromissos e a afirmação da soberania do nosso país. Temos uma falta de investimento nos serviços públicos muito complicada. A falta de investimento combinada com alguma degradação é preocupante porque já vimos este filme. Primeiro, degrada-se, torna-se apetecível à entrada de capital privado e depois privatiza-se. Claro que valorizamos esta marcha atrás que o governo fez na privatização do Metro e da Carris, mas o que assistimos leva-nos a crer que estas empresas ainda estão em perigo, daí que os trabalhadores do setor dos transportes não tenham baixado os braços nem abandonado a luta.

O facto de se manter uma certa promiscuidade entre os sucessivos governos e as administrações das empresas que são privatizadas ou concessionadas explica por si só os casos de corrupção?

A questão da corrupção está presente tanto no setor privado como da Administração Pública por isso defendemos regras claras no sentido disso ser completamente banido. Agora o compadrio e o tráfico de influências favorecem naturalmente os interesses do setor privado. É evidente que a gestão das parcerias público-privadas tem dado milhões ao capital. Um esbanjar de recursos públicos e dos nossos impostos contra o qual continuamos a lutar. Veja-se o caso dos CTT e dos transportes fluviais onde tem sido cada vez mais possível fazer convergir a luta dos trabalhadores com a luta dos utentes pela defesa e pela preservação dos serviços públicos.

PUBLICIDADE



PUBLICIDADE



**Antiga Agência Funerária
Domingos & Diniz**
Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%
para sócios de A Voz do Operário**

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa
Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa
T. 218 861 649 E. 218 875 213 TM. 919 311 363

As Festas não param

festas
lisboa



LISBOA EGEAC
TERMO MUNICIPAL



LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL



Seja responsável. Beba com moderação.

PREVENÇÃO



Praia do Guincho

AML acquire sistema de alerta de tsunami

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) aprovou um protocolo de cooperação com Lisboa e Cascais para a criação de um sistema de alerta de tsunami no Tejo e comprometeu-se a alargar o sistema a outros municípios, nomeadamente Setúbal. De acordo com a *Agência Lusa*, este concelho votou contra a minuta do protocolo de cooperação e co-

modato a celebrar entre a AML e as autarquias de Cascais e Lisboa, no âmbito da implementação de um sistema de aviso e alerta de tsunami no estuário do Tejo, em protesto por ter sido excluído deste processo. Também Loures mostrou interesse em integrar o sistema de alerta. “Voto contra porque não estou de todo de acordo com o processo. Eu

acho que não faz nenhum sentido que o município que forneceu a informação, que tem a experiência, que tem capacidade, que prefigurou a candidatura com Lisboa e Cascais, tenha sido excluído, não sei porquê, ninguém explicou”, afirmou na reunião do Conselho Metropolitano de Lisboa o vereador responsável pela Proteção Civil de Setúbal, Carlos Rabçal. Perante o protesto de Setúbal, que tem uma extensa linha de costa, os presidentes de Câmara da AML comprometeram-se a, numa fase posterior, envolver não só Setúbal como os outros municípios interessados neste processo. “Voto contra, mas fico à espera desse procedimento de integração”, acrescentou o vereador setubalense. De acordo com o primeiro-secretário da Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa, Carlos Humberto, “há uma candidatura que está aprovada” para Lisboa e Cascais com fundos do POSEUR - Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, pelo que parar agora o processo poderia pôr em causa este projeto. “Devemos ver se há alguma hipótese de alargar. Dificilmente a AML tem meios para alargar a todos os concelhos que tenham eventuais implicações do tsunami”, afirmou. Além da instalação dos equipamentos, estão previstas várias ações de sensibilização à população acerca de “como vai funcionar e quais os tipos de aviso que emitirá”, disse. A instalação do sistema de alerta de tsunami é um dos eixos de atuação que a AML está a seguir em consequência dos impactos das alterações climáticas. “A candidatura para a instalação do sistema de alarme de tsunamis foi demorada, começou há mais de um ou dois anos, mas a consciência de que cada vez mais podemos estar sujeitos a fenómenos deste tipo obriga-nos a estar preparados”, acrescentou. Segundo o contrato publicado no Portal Base, a AML adquiriu o sistema de alerta a uma empresa espanhola, por ajuste direto, por cerca de 48.500 euros, aos quais acresce o IVA.



O que é a Arte Urbana

A expressão “Arte Urbana” tem sido objeto de muitas e variadas interpretações. Aqui se lança mais uma com a única intensão de tentar contribuir para a definição do conceito:
Será, a nosso ver, a arte de construir e fazer viver todos e quaisquer estabelecimentos humanos,

sejam aldeias, vilas, cidades ou metrópoles, singularizando-os e conferindo-lhes conteúdo emotivo.
É uma arte pública pois tem por palco as ruas, os largos e os jardins e é usufruída por todos; é pictórica porque tem suporte nas fachadas que tanto podem ser simplesmente caiadas ou coloridas, de pedra ou de azulejos; é escultórica na forma como modela o solo; é cénica pois tanto pode exhibir uma procissão como uma manifestação política; é coletiva porque todos são personagens, atores ou figurantes, desde a forma como se vestem até à maneira como se relacionam; e há cheiros (como o das especiarias no comércio tradicional da rua do Arsenal, em Lisboa) e há sons, nas festas populares e nos festivais.
Razão tinha um pensador ao dizer que a Cidade é uma grande Ópera, alberga todas as artes...
Neste contexto a qualidade do espaço público tem sido responsabilidade do Poder Local através de regulamentação, incentivos ou ação direta e é por isso que, em Lisboa, habitantes e forasteiros podem apreciar livremente e todos os dias painéis de azulejos, baixos relevos, estátuas ou desenho de pavimentos da autoria de artistas da geração marcante

do século passado, em harmonia com a envolvente e a natureza do suporte.
Estão presentes por toda a cidade, incluindo nos chamados “bairros sociais”, e são consequência de uma decisão que obrigava todas as obras com participação municipal, fossem públicas ou privadas, a contemplar nos seus orçamentos uma percentagem de custos destinada à participação de artistas plásticos. A prática caiu em desuso e a paisagem urbana atual viu-se coalhada de paredes pinchadas onde cada um a seu gosto se exprime.
Sem pôr em dúvida o papel dessas manifestações como instrumentos de comunicação e muitas vezes de denuncia, a verdade é que o conforto visual de um habitante da cidade é agredido ao vê-las nas carruagens de um comboio, em elevadores públicos e históricos, sobre a sinalética urbana, nas pedras de um monumento ou em estranhas tatuagens no reboco de edifícios vetustos a exigirem revitalização condigna.
Conclusão possível deste arrazoado: compete aos municípios garantir a qualidade da Arte Urbana que envolverá o quotidiano de todos os seus cidadãos.
Francisco Silva Dias

Transportes
públicos

Novo aeroporto comercial de Lisboa Como chegar? Como partir?

Muito se tem falado nos últimos tempos sobre o novo aeroporto comercial de Lisboa, que não é um novo aeroporto, mas a adaptação de um já existente à função comercial.

A primeira pergunta seria qual a razão desta solução quando o contrato de concessão prevê a obrigação de construir o novo aeroporto de Lisboa. Porém, não este assunto quente que vamos abordar.

Um aeroporto não é apenas umas pistas com uma aerogare. É muito mais e dentro desse muito mais estão as infraestruturas necessárias à deslocação dos passageiros para o destino final ou do ponto onde se encontram para o aeroporto.

Quando se fixou a localização do novo aeroporto de Lisboa em Alcochete foi abordada a mobilidade e assumido que haveria uma ligação ferroviária associada à chamada terceira travessia do Tejo.

Aquele projeto não teve seguimento e parece que o problema está esquecido.

Face ao silêncio será oportuno perguntar:

Quantos passageiros se preveem diariamente nas chegadas ao novo aeroporto?

Segundo dados da empresa divulgados pelo Presidente do Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF, no dia 6 de maio chegaram a Lisboa, entre as 08.00 e as 13.00, 5942 passageiros. Quantos desses passageiros utilizaram serviços que se prevê passaram para o Montijo?

Quantos passageiros se preveem nas partidas?

Sendo o seu destino ou a sua origem predominantemente a cidade de Lisboa, como se vão deslocar?

Por meios rodoviários?

Qual o impacto nas infraestruturas existente, nomeadamente na ponte Vasco da Gama?

Não são questões menores, particularmente para os que diariamente por razões profissionais ou pessoais têm de fazer a travessia do rio utilizando o transporte individual, pois a oferta de transporte público está longe de satisfazer as suas necessidades.

O problema necessita de respostas e urge que as entidades responsáveis as procurem, e aqui englobo a Junta Metropolitana e as autarquias, pois não podem ficar alheias, considerando as implicações para o quotidiano das populações.

O agravamento de 15 minutos numa viagem diária para o trabalho considerando os fins-de-semana, os 25 dias de férias anuais e os 12 feriados nacionais, mais o municipal, estamos perante um decréscimo anual de 71 horas no tempo de para a vida pessoal, ou seja o equivalente a trabalhar mais duas semanas por ano.

Rego Mendes

SEIXAL



Vista aérea da zona ribeirinha do Seixal.

Seixal reivindica estacionamento gratuito no terminal fluvial

A tomada de posição pela gratuidade do parque de estacionamento de apoio ao Terminal Fluvial do Seixal foi aprovada na reunião de Câmara, na última quinta-feira.

O município presidido por Joaquim Santos (CDU) recorda que a “elevada tarifa” cobrada pela concessionária leva ao estacionamento “abusivo” nas imediações por parte dos utilizadores do transporte fluvial e dá conta dos passos dados até ao momento para resolver a situação.

Lê-se no texto que a autarquia propôs estabelecer uma parceria com a Transtejo a fim de fixar condições de gestão e funcionamento daquele parque, a serem asseguradas pela autarquia com o propósito de poder vir a disponibilizá-lo gratuitamente à população, “constituindo assim um forte incentivo à utilização do transporte público fluvial”.

“À intenção de resolução de um problema concreto da população, a Transtejo respondeu com a actual concessão à empresa Empark, sendo que qualquer alteração desta situação será feita por via de nova concessão, face à necessidade premente da Transtejo em arrecadar receita por via da exploração do aludido parque de estacionamento”, critica.

“Manifestamente sub-utilizado”

A autarquia afirma que o parque de estacionamento do Terminal Fluvial do Seixal se encontra “manifes-

tamente sub-utilizado e com défices de manutenção ao nível do pavimento pedonal, dos pavimentos das vias de circulação, de iluminação pública e de cobertura arbórea”.

Joaquim Santos acusa a Transtejo e respectiva tutela de privilegiarem “uma lógica financeira e economicista [...] que tem levado à inevitável degradação do serviço prestado e ao aumento significativo de tarifas”, embora reconheça a diferença de tratamento relativamente ao concelho do Montijo.

“Não podemos deixar de referir que o requisito da concessão não foi considerado pela Transtejo em Maio de 2017, por ocasião da celebração do protocolo para a gestão e funcionamento do parque de estacionamento do Cais do Seixalinho com a Câmara Municipal do Montijo (PS), a título gratuito, e que contou com a presença do secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, José Mendes, protocolo em tudo idêntico ao proposto pela Câmara Municipal do Seixal”, denunciou.

A situação, considera Joaquim Santos, surge como um “flagrante exemplo de dualidade de critérios”, frisando que os munícipes do Seixal “têm exactamente os mesmos direitos que os munícipes do Montijo, não querendo acreditar que possam ter existido outros critérios, que não passem pelo serviço público prestado às populações”.

VENEZUELA



Comício do candidato Nicolás Maduro.

Toda a solidariedade com a Venezuela é necessária

João Pimenta Lopes

Por convite endereçado ao PCP, tive a oportunidade de acompanhar as eleições presidenciais na República Bolivariana da Venezuela do passado dia 20 de Maio. Verificou-se uma importante e expressiva afluência popular às urnas, num contexto muito complexo e difícil do país, marcado por uma brutal guerra económica interna, um violento bloqueio económico e financeiro e um apelo de uma parte significativa da oposição, por sinal a mais violenta e que boicotou as eleições. Os resultados determinariam a reeleição de Nicolás Maduro Moro com 68% dos votos.

Os resultados são inequívocos, num acto que decorreu de forma irrepreensível. Aliás, pude constatar a robustez, fiabilidade e transparência do sistema e acto eleitoral que decorreu. O facto de haver uma dupla contabilidade dos votos (electrónica e votos entrados em urna que o eleitor verifica), verificada pelos membros das mesas e delegados dos partidos que acompanham o processo e a contagem ou as garantias do *Consejo Nacional Electoral* de cumprimento cabal do que está constitucional consagrado e inscrito na lei eleitoral, tornam absolutamente miseráveis e infundadas, quaisquer denúncia ou não reconhecimento do acto eleitoral por fraude. São por isso lamentáveis as de-

clarações de Augusto Santos Silva, Ministro dos Negócios Estrangeiros, que alinhou o discurso do Governo português com a mentira, a estratégia de ingerência e agressão que EUA e UE têm promovido, em violação, nomeadamente, da Carta da ONU.

De resto, a estratégia de boicote, apelo à não participação e não reconhecimento dos actos eleitorais, não é nova. Assim foi em 2005, quando a oposição não participou nas eleições. Assim foi em Julho do ano passado quando boicotaram as eleições para a Constituinte, processo que no passado haviam exigido. As eleições que agora uma parte optou por boicotar - após se recusarem a assinar, em Fevereiro, na República Dominicana, o acordo de diálogo que ao longo de semanas fora negociado - por se saberem divididos e sem hipótese de sucesso, clamam-nas desde 2016, após a vitória na Assembleia Nacional, onde procuraram avançar com um processo revocatório para destituir Nicolás Maduro. Só a si podem ser assacadas responsabilidades por se demitirem do processo democrático. Cinicamente só reconheceram 2 dos 24 actos que se realizaram na Venezuela em 20 anos: aqueles em que venceram!

De resto, é a própria democracia que esta dita oposição tem minado desde a eleição de Hugo Chávez, impondo uma violenta estratégia, com amplo apoio e financiamento externo (EUA e UE) que

procura a todo o custo fazer derrotar a Revolução Bolivariana. Os EUA, desde 1999, que consideram a Venezuela uma prioridade - um alvo a abater leia-se. Viria a tentativa gorada de golpe de estado em 2002, que o povo impediria. Mais tarde, os tumultos no início de 2014 (após perderem as eleições de 2013) promovidos pela dita oposição, as chamadas *guarimbas*, violentos distúrbios e actos terroristas de que resultariam mais de 40 mortos, que replicariam entre Abril e Julho do ano passado, com a morte de mais de 130 pessoas, várias pessoas queimadas vivas, milhares de feridos, ataques a creches e hospitais e o bombardeamento do tribunal de justiça e um ministério com um helicóptero militar. A par da extrema violência de uma dita oposição de recorte fascista, soma-se uma brutal guerra económica externa e interna. Com sanções económicas e financeiras impostas pelos EUA na administração Obama, que Trump agravou antes e imediatamente após as eleições, visando a principal fonte de rendimentos do país o petróleo. Com acções organizadas de desestabilização interna da economia por via do controlo da distribuição, limitando os stocks disponíveis, organizando o chamado *bachaqueo*, grupos organizados que esgotam stocks de bens essenciais, que depois retiram do país (nomeadamente para a Colômbia) ou fazem vender no mercado negro a preços especulativos.

A desvalorização estrutural da moeda nacional, por via daquele mercado negro e da troca por divisas a valores dezenas de vezes superiores ao cambio oficial. A retirada de notas da economia real. Estratégias criminosas, de terrorismo económico, que impõem taxas de inflação incomportáveis.

Se alguma coisa impressiona face a tantas dificuldades e tremenda agressão, e que pude comprovar no país, é o tremendo apoio e compromisso do povo venezuelano para com a Revolução Bolivariana. Os que proclamam a Venezuela como uma "ditadura" omitem, deliberadamente, não só a ampla liberdade que se respira no país, como os avanços que a revolução alcançou. A redução das taxas de pobreza e desigualdade, a quase erradicação da desnutrição infantil, a redução do desemprego, os sucessivos aumentos do salário mínimo, o aumento da cobertura do sistema de pensões, a massificação do ensino que se tornou público e gratuito, o maior acesso à cultura e formação lúdica e musical, a gratuidade da saúde e alargamento da rede de cuidados, a entrega de dois milhões de habitações a famílias carenciadas, entre muitos outros.

A Venezuela está sob ataque. Urgem expressões de denúncia e solidariedade, para com um povo e um país que há 20 anos decidiu rejeitar a submissão ao imperialismo, e tomar o seu futuro em mãos.

ISRAEL



Repressão sobre manifestantes palestinos.

Israel, 70 anos de barbárie

José Oliveira

Em 14 de Maio, Israel comemorou 70 anos. Nesse dia soldados israelitas mataram a tiro mais de 60 palestinos que participavam na Grande Marcha do Retorno, o maior massacre desde a agressão militar israelita de 2014 à Faixa de Gaza.

No mesmo dia, a uma centena de quilómetros, Israel recebia de Trump uma prenda de anos muito especial: a transferência para Jerusalém da embaixada dos Estados Unidos. Na faustosa cerimónia de inauguração, Ivanka Trump sorria ao lado de um Netanyahu impante.

Estes acontecimentos condensam os 70 anos da história de Israel: Estado terrorista, assente na expulsão e opressão do povo palestino, que despreza o direito internacional e apenas sobrevive graças ao apoio dos Estados Unidos — e à cumplicidade da «comunidade internacional», com destaque para a União Europeia.

Israel assenta num crime indelével: a limpeza étnica dos palestinos. A matança de 14 de Maio é a mais recente de uma longa lista que se inicia com o massacre de Deir Yassin, em 9 de Abril de 1948. É falso o mito de que a expulsão dos palestinos foi uma reacção à «invasão» dos exércitos árabes após a proclamação de Israel. Antes disso já cerca de 250 000 palestinos tinham sido expulsos. Tratou-se, isso sim, de uma limpeza étnica cuidadosamente planificada que aniquilou toda uma sociedade e converteu

700 000 palestinos em refugiados. O povo palestino tem razão ao designar esses acontecimentos como a *Nakba* (catástrofe).

Em 1967 Israel completou a ocupação da totalidade da Palestina histórica. Persiste até hoje essa brutal ocupação militar, acompanhada da sua irmã gémea, a colonização; no território ocupado vivem 600 000 israelitas, em colonatos ilegais à luz do direito internacional. A Cisjordânia foi retalhada em pequenos guetos, Gaza é uma prisão a céu aberto, Jerusalém Oriental é esvaziada dos habitantes palestinos.

Ainda assim, o projecto sionista de colonização de povoamento falhou. Os palestinos não desapareceram, são hoje pelo menos metade da população do território entre o Jordão e o Mediterrâneo. Contra todas as adversidades, os palestinos não esqueceram, resistem, continuam a lutar pelo seu Estado independente e pelo direito ao retorno dos que foram expulsos das suas casas e terras. Confirmaram-no as dezenas de milhares de manifestantes desarmados da Grande Marcha do Retorno.

Israel, o país que mais resoluções da ONU violou, deve a sua impunidade ao apoio de sempre dos Estados Unidos. Mas o alinhamento da administração Trump com os sectores sionistas mais radicais veio agravar a situação. O reconhecimento pelos EUA de Jerusalém como capital de Israel e a transferência para aí da sua embaixada foram o toque a finados do «processo de paz» israelo-palestino que se arrastava desde os acordos de Oslo de 1993, colocando aos palestinos novos desafios estratégicos. O anunciado

«acordo do século» de Trump parece consistir num fantasmático «Estado» palestino minúsculo, fragmentado e submisso, tendo por capital não Jerusalém Oriental mas o subúrbio de Abu Dis. E notícias recentes prenunciam o reconhecimento pelos Estados Unidos da ocupação por Israel, desde 1967, de uma parte dos Montes Golã sírios.

Isto ocorre no quadro muito complexo no Médio Oriente. A derrota do Daesh e outros bandos terroristas na Síria reforçou o papel e influência dos países e forças que resistem à ingerência estrangeira, nomeadamente estado-unidense, se opõem ao projecto sionista e apoiam o povo palestino. Mas inversamente intensificou-se a agressão directa à Síria pelos Estados Unidos e outros países ocidentais, e também por Israel.

O Irão é o alvo estratégico dos Estados Unidos, que procuram constituir uma aliança regional anti-Irão com a participação de Israel e de países árabes encabeçados pela Arábia Saudita. Israel, agressor impenitente, único país da região que possui armas nucleares, condena os perigos do expansionismo iraniano. Num bem coordenado *pas de deux*, Netanyahu apresentou numa burlesca conferência de imprensa «provas» de que o Irão violou o acordo de limitação nuclear, Trump usou essas «provas» para denunciar unilateralmente o acordo, Netanyahu aplaudiu a «corajosa decisão» de Trump — e logo de seguida mandou bombardear alegados alvos iranianos na Síria!

O expansionismo iraniano é também o argumento da petroditadura saudita, que já mal disfarça a aliança com Israel, para justificar as suas veleidades hegemónicas. Lançou há anos contra o Iémen uma guerra criminoso, largamente ignorada pelos média dominantes, com a participação dos Emiratos Árabes Unidos e de países ocidentais, incluindo os EUA. Apesar da desproporção de forças, está longe a vitória dos agressores, mas entretanto o Iémen é vítima da pior crise humanitária do mundo e está ameaçado de fragmentação.

Na instável situação desta zona do planeta, não é possível excluir desenvolvimentos perigosos, incluindo uma guerra de gravíssimas consequências regionais e talvez até globais.

A soberania dos povos e a paz no Médio Oriente impõem-se como factor indispensável da paz mundial.

PUBLICIDADE

A Cabreira

Largo da Graça, 22 | 1170-165 Lisboa
Tel: 218 861 989 | cabreiraabp@sapo.pt
www.facebook.com/ACP.Cabreira





Manifestantes na Avenida da Liberdade, em Lisboa.

Manifestação nacional a 9 de junho

Pela valorização do trabalho e pelo fim da precariedade, as reivindicações dos trabalhadores da Administração Pública e do setor privado vão voltar a convergir em Lisboa, a 9 de Junho. O repto foi deixado pelo secretário-geral da CGTP, Arménio Carlos, que, durante as comemorações daquele que foi o maior 1.º de Maio dos últimos anos, reiterou a urgência de ampliar a luta para pôr cobro às políticas de baixos salários e às injustiças que se traduzem no aumento da desigualdade entre os trabalhadores e as administrações das empresas. “Reivindicamos o aumento de todos os salários, mas também a fixação do salário mínimo nacional em 650 euros a partir de janeiro de 2019”, reforçou o dirigente da Intersindical que acusa o executivo liderado por António Costa de não ter vontade política para prosseguir o descongelamento das carreiras de todos os funcionários públicos. A manifestação que parte do Campo Pequeno em direção ao Marquês de Pombal, ataca directamente as normas gravosas do Código de Trabalho que facilitam os despedimentos e exige a reintrodução

do princípio do tratamento mais favorável do trabalhador. Ainda no que respeita à legislação laboral, a CGTP insiste que só a cumprimento das normas dos contratos coletivos, inscritos na Constituição, pode solucionar o panorama em que os trabalhadores têm perdido força negocial em relação aos patrões no que respeita, não só aos aumentos salariais como também ao pagamento de horas extraordinárias, à estipulação de férias e à regulação dos horários. De resto, a luta pela conciliação entre o trabalho e a vida familiar é uma bandeira da qual a confederação de sindicatos não abdica, na mesma medida em que assume como “justa e imperativa” a aplicação das 35 horas semanais a todos os trabalhadores do setor público e do privado. Abrangente, o protesto pretende “expressar as reivindicações dos trabalhadores e do povo, exigindo a rutura com a política de direita e a implementação de uma política de esquerda e soberana, que abra portas a melhores condições de vida e de trabalho, que valorize o trabalho e os trabalhadores” como sintetizou Arménio Carlos.

A Voz do Operário há 100 anos

A revolução russa

Quando a velha Europa ardia em fogo, e contra a pretendida hegemonia germanica as nações latinas e a cautelosa Inglaterra combinavam os seus esforços por deter a onda invasora, vingar o ultraje feito à laboriosa Belgica e salvar a liberdade em perigo, desenhou-se além, no vasto império moscovita, um grande movimento revolucionário.

Receando pela estabilidade do seu grande império, vinha o autocrata de todas as Russias deslocando as suas pesadas legiões, vindas umas lá das encostas do Cáucaso nervoso, trazidas outras, em penosas marchas, das desoladas regiões da Sibéria, para onde a tyrannia do czar deportava, às centenas, todos aqueles que se permitiam ter ideais libertadoras e anceavam, para a grande Rússia, uma nova era de justiça. E essas pesadas marchas das legiões russas, lentas mas calculadas, vinham limpando o terreno e assustavam por demais o orgulhoso estado maior do kaiser.

Foi precisamente no meio d’essa tremenda conflagração, que tanto convulsionava a Europa e assombrava o mundo, que a revolução se desencadeou no famoso império russo, que vergava sob a tyrannia dos Romanoff.

Alarmou-se toda a humanidade pensante com o grande gesto, porque essa revolução tinha objectivos o mais radicais possível, e, em contraposição, manifestava-se, n’um terreno político, que a civilização burguesa não tinha começado ainda a aplanar.

É certo que as grandes tyrannias dão margem ao fermento das grandes reacções; mas não resta dúvida também de que uma revolução contra o existente deve ser precedida d’um largo trabalho de preparação.

O comité da greve de agosto

Em virtude da lei de amnistia, votada pelo parlamento hespanhol, foram soltos os nossos quatro camaradas que estavam presos em Carthagená, como constituindo o comité de greve de agosto. A libertação d’esses camaradas deu motivo a grandes manifestações socialistas em diversos pontos da Hespanha, sendo a chegada d’elles a Madrid uma verdadeira entrada triumphal.

Os nossos quatro camaradas, todos elles eleitos nas últimas eleições de deputados, tomaram já assento na camara, ficando constituindo a minoria, conjuntamente com Pablo Iglesias, eleito por Madrid, e Indalecio Prieto, eleito por Bilbau.

A *Voz do Operário* associa-se aos seus camaradas hespanhoes saudando-os pela libertação d’esses quatro camaradas, paladinos da emancipação operaria, pelo triumpho da idéa socialista.

5 de junho de 1918



Livro dos 135 anos d'A Voz do Operário

Alberto Franco

AVOZ DO OPERÁRIO

Sociedade da Liberação e Emancipação do Operário

135 ANOS

althum.com

35€

PARA AQUISIÇÃO CONTACTE-NOS:
geral@vozoperario.pt / 218 862 155